

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 084/2021
Data: 04/06/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS ENCARAM FILAS GIGANTES PARA SE VACINAR CONTRA A COVID19.....	4
PORTAL PORTO GENTE	4
TÚNEL IMERSO QUE LIGA SANTOS AO GUARUJÁ GANHA FORÇA.....	4
COMÉRCIO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL É DEFINITIVO.....	6
LOGWEB	6
A EFICIÊNCIA LOGÍSTICA E SEUS DESAFIOS EM UM PAÍS PARADOXAL.....	6
O DIA - RJ	10
AERONAVE SE CHOCA CONTRA PLATAFORMA DA PETROBRAS DURANTE VOO DE TREINAMENTO; CINCO PESSOAS FICARAM FERIDAS.....	10
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
PORTOS DO PARANÁ INICIA REVISÃO DO PLANO DE ZONEAMENTO PORTUÁRIO.....	11
SUZANO CAPTURA MAIS DE 15 MILHÕES DE TONELADAS DE CARBONO DA ATMOSFERA EM 2020.....	11
ADM ENTRA PARA O CONSÓRCIO GENESIS PARA APOIAR STARTUPS QUE IMPULSIONAM O FUTURO DA INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	12
BRASIL É O QUARTO MAIOR PRODUTOR DE GRÃOS E O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE BOVINA, FIZ ESTUDO.....	14
TRAÇANDO UM CAMINHO A SEGUIR PARA A INDÚSTRIA GLOBAL DE FRETE E LOGÍSTICA.....	16
GOVERNO SANCIONA LEI QUE PERMITE COBRANÇA DE PEDÁGIO POR QUILOMETRO RODADO.....	18
COMEX DO BRASIL	18
CNI DEFENDE ABERTURA “GRADUAL E PREVISÍVEL” E NOVOS ACORDOS PARA DINAMIZAR O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO.....	18
ISTOÉ - DINHEIRO	19
CARGILL INVESTIRÁ US\$200 MI EM REFINARIA DE ÓLEO DE PALMA NA INDONÉSIA.....	19
LIMINAR EM MG OBRIGA CSN A TOMAR MEDIDAS CONTRA ROMPIMENTO DE BARRAGEM.....	20
DIÁRIO DO COMÉRCIO – MG	21
BRASIL TRABALHA PARA AMPLIAR EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS PARA RÚSSIA, DIZ BOLSONARO.....	21
MONEYTIMES	22
CHINA MOSTRA OTIMISMO SOBRE CONVERSAS COMERCIAIS COM EUA.....	22
BTG INCLUI LAVVI E ORIZON NA CARTEIRA DE SMALL CAPS DE JUNHO; RANDON E INTELBRAS DEIXAM PORTFÓLIO.....	22
ENTREVISTA: “O TRANSPORTE RODOVIÁRIO SERÁ OUTRO EM QUATRO ANOS”, DIZ CEO DA CLICKBUS.....	24
FUTUROS DO AÇO SOBEM NA CHINA E MINÉRIO DE FERRO RECUA, MAS GANHA 10% NA SEMANA.....	26
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	27
FUNAI ACIONA PF NO LICENCIAMENTO DO LINHÃO MANAUS-BOA VISTA.....	27
BRASIL PRECISA TREINAR QUATRO MIL TRABALHADORES ATÉ 2025 PARA SUPORTE AO SETOR EÓLICO.....	28
IEA: INVESTIMENTO EM ENERGIA VOLTA A CRESCER EM 2021, MAS DISTANTES DE ROTA DE NEUTRALIDADE DE CARBONO... ..	30
A BIOENERGIA COMO ALAVANCA ECONÔMICA: EMPREGO, SAÚDE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.....	31
JORNAL O GLOBO – RJ	36
GOVERNO SE REÚNE COM A INDÚSTRIA E DISCUTE INCENTIVO PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA EM MOMENTOS DE PICO.....	36
PELO MENOS SEIS ESTADOS SE PREPARAM PARA ENTRAR EM NOVO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL.....	37
PRONAMPE: NOVOS R\$ 25 BILHÕES DEVEM ESTAR DISPONÍVEIS EM ATÉ TRÊS SEMANAS, DIZ SECRETÁRIO.....	39
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	41
GOVERNO OBTÉM LIMINAR PARA OBRIGAR CSN A GARANTIR SEGURANÇA DE BARRAGEM EM MG.....	41
SEM ESTRUTURA PARA LEVAR GÁS NATURAL A USINAS, PAÍS ELEVA IMPORTAÇÃO DO INSUMO.....	42
ALAVANCA DO PIB, AGRONEGÓCIO VIVE ‘BOOM’ DE INVESTIMENTOS E ESPALHA RIQUEZA PELO INTERIOR DO PAÍS.....	43
BOLSA RENOVA MÁXIMA DE FECHAMENTO PELA QUINTA SESSÃO SEGUIDA, A MAIS DE 130 MIL PONTOS.....	45
‘AO CONTRÁRIO DO SETOR URBANO, AGRONEGÓCIO NUNCA PAROU DE CRESCER’, DIZ ECONOMISTA.....	46
‘PAÍS QUE DEMORAR NO 5G VAI PERDER COMPETITIVIDADE’, DIZ EXECUTIVO-CHEFE DA NOKIA NO BRASIL.....	47
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
NEM 20% TÊM INFRAESTRUTURA PARA HOME OFFICE.....	49
MOURA DUBEUX LANÇA EMPREENDIMENTO NO RECIFE COM VALOR GERAL DE VENDAS DE R\$ 56 MI.....	51
MINÉRIO DE FERRO CAI MAIS DE 1% NO PORTO DE QINGDAO APÓS 5 ALTAS SEGUIDAS.....	51



G-7 DESTINA MAIS AJUDA PARA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS DO QUE PARA ENERGIA VERDE.....	52
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	53
DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DO HIDROGÊNIO SERÃO LANÇADAS EM 60 DIAS	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	53
ENTIDADES SE MOBILIZAM PARA AMPLIAR CATEGORIAS PRIORITÁRIAS DE VACINAÇÃO	53
QUE PAÍS É ESSE?	55
MINFRA ESTUDA VIABILIDADE DE EXPLORAÇÃO PRIVADA PARA IMPULSIONAR HIDROVIAS	56
PETROBRAS LANÇA PROGRAMA PARA SE POSICIONAR ENTRE AS MELHORES REFINADORAS DE PETRÓLEO NO MUNDO	57
PORTOS DO PARANÁ INICIA REVISÃO DO PLANO DE ZONEAMENTO PORTUÁRIO	58
MINISTÉRIO DA ECONOMIA APURA DENÚNCIA CONTRA NORMA DA SSE/TCH-2	59
NAVEGAÇÃO VERDE CONTINUARÁ A DESAFIAR INDÚSTRIA, AVALIAM DEBATEDORES	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	61
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS ENCARAM FILAS GIGANTES PARA SE VACINAR CONTRA A COVID19

Profissionais de 36 a 42 anos estão sendo vacinados nesta quinta-feira (3)

Por: ATribuna.com.br

A vacinação dos portuários em Santos causou grandes filas na manhã desta quinta-feira (3). A data marca o último dia de imunização para avulsos e funcionários de terminais. Vale lembrar que a ação acontece para profissionais de 36 a 42 anos, que tomarão a primeira dose da vacina Oxford/AstraZeneca.

Até quarta (2), 4.957 trabalhadores já haviam sido vacinados na cidade de Santos. A imunização dos portuários teve início na última terça-feira (1º) na região.

Em Santos, é preciso ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia. O horário é das 9 às 15 horas.

Os profissionais que atuam em terminais localizados na Margem Esquerda (Guarujá), também podem garantir suas doses. A vacinação dos portuários está centralizada no Ginásio Guaibê, que fica na Avenida Santos Dumont, 420, no bairro Santo Antônio.

O horário é das 8 às 16 horas na quadra e das 9 às 15 horas no estacionamento. Quem preferir, também pode contar com sistema drive-thru.

Em Cubatão, 48 trabalhadores portuários que atuam em indústrias podem se vacinar. Ainda há doses no Parque Anilinas, na Avenida Nove de Abril, s/nº, das 9 às 15h.

O que levar

As doses são exclusivas para os portuários. Para se vacinar, o trabalhador precisa levar documento com foto e CPF. A campanha de vacinação foi realizada com base em listas enviadas pela Autoridade Portuária, pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) e pelo Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/06/2021



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TÚNEL IMERSO QUE LIGA SANTOS AO GUARUJÁ GANHA FORÇA

Assessoria de Comunicação

Especialistas e autoridades defendem que projeto do túnel é a alternativa viável para a ligação seca entre os municípios e potencializa desenvolvimento do Porto de Santos. Definição acontece em até três meses, segundo representante do MInfra

O debate sobre a ligação seca entre Santos e Guarujá chegou ao Congresso Nacional com realização de audiência pública, nesta segunda-feira (31/5), na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. O Diretor de Novas Outorgas do Ministério da Infraestrutura, Fábio Lavor, garantiu que a definição sobre a obra, ponte ou túnel, às margens do Porto de Santos, deve acontecer entre agosto e setembro.

A maioria dos participantes da audiência defendeu o túnel imerso como a melhor alternativa para a solução do antigo gargalo da região, pois não cria obstáculos físicos no canal de navegação do Porto de Santos e não impede o desenvolvimento dos negócios no maior porto da América Latina. O tema da ligação seca voltou à ordem do dia após o avanço do projeto do túnel imerso, com a publicação pela Santos Port Authority (SPA) de chamamento público para o encaminhamento de estudos sobre a obra entre os dois municípios. Demanda antiga da população das duas cidades, o projeto se tornou mote da Campanha Vou de Túnel, iniciativa popular assinada por mais de 50 empresas privadas, associações de classe e entidades.



Túnel Dad

Segundo Lavor, a ligação seca está prevista no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZ). “A pasta pretende viabilizar rapidamente essa solução e incluir a ligação imersa como investimento obrigatório para o futuro concessionário no processo de desestatização. O túnel é a melhor solução para o recebimento de grandes navios. O Minfra defende a solução por túnel, pleito

urgente, dentro da responsabilidade com o maior porto do Hemisfério Sul”, disse.

Casemiro Tércio de Carvalho, engenheiro naval e porta voz da Campanha Vou de Túnel, lembrou que o projeto da ponte não segue as boas práticas internacionais e orientações da PIANC (Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Marítimo) de que qualquer intervenção em canal estreito de área portuária deva ser imersa. Além disso, segundo ele, o túnel promove a mobilidade urbana e é mais inclusivo e acessível para a população dos municípios.

“O túnel é um ativo que respeita a operação portuária e a mobilidade pública, pois contempla o trânsito de pedestres, ciclistas, ônibus e VLT, em comparação com a ponte, que só beneficia o transporte via Anchieta Imigrantes e não responde às demandas de municípios sobre o transporte metropolitano. O túnel inclui reversão de faixas e tarifas que levam em conta os horários de pico, possibilitando descontos em outros períodos do dia”, explica.

O presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral defendeu tecnicamente o projeto do túnel por evitar problemas com a navegação do canal e a interrupção da navegação por conta das balsas. Biral lembrou que a ponte também pode afetar os planos de implantação do Aeroporto Civil de Guarujá, já em andamento. “A Autoridade Portuária deve dar uma resposta a respeito da ligação seca e tecnicamente defende o túnel. Só faz sentido encaminhar apenas um projeto e a melhor solução é incluir o túnel na concessão, o que viabiliza economicamente a obra”, ressaltou.

O requerimento da audiência pública foi protocolado pela deputada federal Rosana Valle (PSB/SP) que também defendeu o túnel imerso como melhor opção para a ligação seca entre Santos e Guarujá.

“O túnel é a melhor opção técnica por não dificultar as manobras dos navios maiores e a própria expansão do Porto de Santos, além das operações do futuro Aeroporto Metropolitano de Guarujá. Avançamos ouvindo especialistas e representantes dos governos. Quero que a ligação seca traga desenvolvimento para a região”, completou.

Participaram também da audiência pública promovida pela CVT, o diretor da SPA, Bruno Stupello; Eduardo Lustoza, engenheiro industrial e porta voz da Campanha Vou de Túnel; o presidente da Associação Comercial de Santos, Mauro Sammarco; Márcio Calves, diretor da Associação Comercial de Santos; o secretário adjunto de Assuntos Portuários da Prefeitura de Santos/SP e Jairo Lima Neto, diretor de Desenvolvimento Portuário e Logístico da Prefeitura do Guarujá/SP.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/06/2021

COMÉRCIO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL É DEFINITIVO

Assessoria de Comunicação

Desenvolver sem esgotar os recursos para o futuro.

Promover a sustentabilidade destacando iniciativas de empresas que contribuam para melhorar o social, o econômico e a natureza, fomenta a paz, a produtividade e a vida. Com foco na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU e no Acordo de Paris, Portogente lança no Dia Mundial do Meio Ambiente, no próximo sábado 5, o projeto Comércio Internacional Sustentável (CIS). Destaque de marcas que cuidam das pessoas e da natureza.



Sustentabilidade

As marcas são os motores do comércio internacional. No CIS, as melhores práticas sustentáveis, na movimentação de mercadorias e pessoas no comércio e turismo internacionais, são evidenciadas em ambiente online, como empresas que produzem bem para a geração atual, sem comprometer a geração futura. Um processo de crescente globalização e interdependência, no qual Portogente marca encontro com a sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, ter um papel de legitimação dos princípios compromissados, para que tenham correspondência nas práticas. Como os princípios e atitudes amplamente ora divulgados nas mídias pela Vale, incompatíveis com a tragédia que a empresa provocou recentemente em Brumadinho e ceifou tantas vidas. Bem diferente de que papel aceita tudo, os textos nele contidos passam por um debate que serão como luz do sol nos pontos obscuros.

Debater práticas que possam fortalecer a posição controversa do Brasil, especialmente nas áreas social e ambiental, facilita a inteligência dos fatos e das ações necessárias. Ao tomar como referência o seu papel de liderança e de vanguarda na exploração dos abundantes recursos naturais, em ambiente de tecnologia que promove agilidade e informação de qualidade, favorece o alinhamento dos esforços produtivos e a geração de oportunidades.

Comércio Internacional Sustentável é um novo espaço no Portogente cooperativo para um mundo mais ágil. Neste sentido, dará destaque à produção e à distribuição responsáveis com o social e ambiental.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/06/2021



LOGWEB

A EFICIÊNCIA LOGÍSTICA E SEUS DESAFIOS EM UM PAÍS PARADOXAL

Ao longo das últimas três décadas atuando no vasto ecossistema da logística, imaginava, assim como tantos colegas do setor, que muitos embates teriam sido vencidos.

A logística é um dos campos de estudo em estratégia que dispõe, ao meu julgo, de algumas matérias fundamentais, sendo algumas obrigatórias e outras eletivas. Das obrigatórias, considero a economia, a geografia, a estatística, a física, a lógica, a gestão e o planejamento estratégico, as mais impositivas, não subestimando as de lastro social, pois a integração territorial, no caso brasileiro, das suas idiossincráicas regiões, é de superior importância! Assim, conhecer as particularidades socioambientais faz-se igualmente mister.

Início este artigo desta forma teorizando, pois, no país do paradoxo, lidar com a logística é um verdadeiro exercício do enfrentamento contra o imponderável. A atividade exige muita dedicação, estudo, observação e, portanto, é quase uma necessidade por ela se apaixonar, caso contrário, as defecções são inevitáveis.

Com características globais peculiares, o Brasil traz em si extensão continental, com uma linha litorânea pouco comparável a outras nações, clima e temperatura invejáveis, reentrâncias abrigadas para instalações portuárias, topografia particularmente propícia ao uso e desenvolvimento dos vários modais, bacias hidrográficas extensas e profundas, as quais, perpassando estados, são, por natureza, hidrovias de fácil estruturação e integração.

Alie-se a tanta dádiva assim, incluindo a abundância hídrica, as inigualáveis condições de sol e vento para a exploração energética sustentável, em larga escala. Esse país, com matriz econômica plural, dispõe de condições edafoclimáticas singulares, oferecendo ao mundo o maior celeiro natural de alimentos. Na esteira de tantas vantagens comparativas assim, somos um país de povo criativo e empreendedor, o que nos deveria levar a ocupar melhores condições no quadro global de competitividade, o que, infelizmente, não se configura.

Por vezes escrevemos, não com alegria, sobre a posição sofrível que o Brasil se encontra nas várias estatísticas mundiais, como por exemplo, o LPI (Logistics Performance Index), uma ferramenta interativa de benchmarking criada e alimentada pelo Banco Mundial (The World Bank), para auxiliar os países a identificarem seus desafios e oportunidades em relação à sua performance nas negociações globais vis-à-vis o desempenho da sua logística e como esses países podem atuar para melhorar nesse particular. O estudo, realizado a cada dois anos, mostra-nos, com tristeza, perda de posição a cada edição.

Na última versão, em 2018, quando comparados ao universo de 160 países estudados, ocupamos a 56ª posição, enquanto países como o México e o Chile ocuparam a 51ª e 34ª posições, respectivamente. Há dezoito anos chegamos a estar em melhor posição, ocupando a 41ª entre os 155 países pesquisados à época.

Isso se deve em muito ao baixíssimo investimento em infraestrutura no Brasil. Estudos da Inter.B Consultoria nos mostram que investimos muito abaixo do minimamente necessário em infraestrutura, i.e., um patamar atual de 1,8% a.a. do PIB, necessitando, contudo, virmos a investir cerca de 4% a.a. pelo prazo de 20 anos, ou seja, o equivalente a um PIB anual em duas décadas. Em infraestrutura logística, os investimentos são ainda menores, cerca de 0,7% a.a. do PIB.

No que concerne a outro levantamento do Banco Mundial, o Doing Business, na sua última edição, em 2019, perante 190 nações, enquanto o Chile ocupava a 59ª e o México a 60ª posições, o Brasil continuava a amargar a sofrível 124ª posição. Por fim, mas não menos importante, quando a abordagem vem de uma outra fonte de referência, o The World Economic Forum, o qual analisa a competitividade de 141 nações, o Brasil posiciona-se na 71ª posição.

Esse país que amarga, há décadas, posições que não nos assegurará liderança destacada, é a mesma nação que bate recordes de produção agrícola! Segundo dados do LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a safra nacional de grãos deve atingir mais um recorde, o terceiro consecutivo, em 2021, somando 260,5 milhões de toneladas, com crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior.

Os principais fatores que ajudaram no resultado foram, principalmente, o preço das principais commodities em alta; a valorização do dólar em relação ao real; a demanda externa aquecida; o clima favorável; e os bons resultados das últimas safras. É de se notar que a infraestrutura logística não figura como destaque competitivo, contributivo, para esta agenda!

Por dever de justiça e republicano reconhecimento, vemos um Ministério da Infraestrutura empenhando-se além do possível para atrair investimentos para o setor, mesmo diante de um



orçamento nada favorável, construindo, de modo hercúleo, uma agenda bastante positiva diante do cenário atual o qual vivenciamos. O trade, contudo, tem sido o grande protagonista pelos goals nesse cenário alvissareiro que o setor privado do agronegócio nos faz, efetivamente, festejar.

Nesse novo cenário, o Arco Norte mostra-se como a saída para uma nova logística que impulsionará o escoamento das futuras safras em crescimento. A expansão ferroviária com a Norte-Sul, Malha Central, a possibilidade futura da Ferrogrão, dentre outras, podem significar uma reviravolta no escoamento do agronegócio.

Por outro lado, a FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), com extensão de 1.527 quilômetros, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO, teve o Trecho I, de Ilhéus/BA a Caetité/BA, com extensão de 537 km, concedido à Bahia Mineração no último dia 8 de abril, restando o Trecho II, de Caetité/BA a Barreiras/BA, com extensão de 485 km, dos quais cerca de 36% das obras estão executadas (jul/2019), e o Trecho III, de Barreiras/BA a Figueirópolis/TO, com extensão aproximada de 505 km, em fase de estudos e projetos.

Há, contudo, um universo de questões a serem resolvidas, como a própria Ferrogrão, que ainda não está ambientalmente pacificada; bem assim a integração da Transnordestina com o bipolo agrícola Juazeiro-Petrolina, cuja ferrovia tem, como destino assegurado, os portos de Suape/PE e Pecém/CE, dentre outros projetos.

Faz-se fundamental frisar neste texto a importância estratégica do Projeto de Lei nº 4.199/2020, que trata do programa BR do Mar encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional em 13/08/2020, cujo PL trata de relevância basilar para o fomento e incentivo à cabotagem no Brasil. Para uma nação como o Brasil, com a extensa dimensão territorial, cuja população concentra-se em cerca de 60%, a 200Km do litoral, a cabotagem é mais do que uma política pública necessária, mas uma questão inquestionável de estratégia de redução de custos logísticos e aumento de competitividade, com a redução de acidentes rodoviários, redução de emissões de gases de efeito estufa, dentre outros benefícios inquestionáveis.

Na mesma toada, não poderia deixar de frisar a relevância do Projeto de Lei nº 3.757, protocolado em 13 de julho do ano passado, no auge da pandemia em 2020, cuja tese foi lucidamente defendida pelo ínclito deputado federal pelo PSD do RJ, Hugo Leal, o qual trata, sobretudo, da definição do operador logístico, suas atribuições, suas responsabilidades, bem como atualiza o regramento da armazenagem geral, ainda sustentada no anacrônico decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

É nesse cenário que o paradoxo se insere, pois, ainda que diante de hercúleos desafios, o Brasil segue com seus audaciosos projetos, fazendo uso dos métodos incrementais de inovação tecnológica como a Internet das Coisas (IoT), do Omnichannel, da Inteligência Artificial (AI), do Blockchain, do Cloud Computing, dentre outras tecnologias derivadas.

Vimos, nesse campo desafiador, durante a pandemia, que o movimento tecnológico aderente a uma logística de vanguarda se acentuou, dado termos incrementado vertiginosamente esse ecossistema com o uso mais generalizado do e-commerce. Somente para termos um aperitivo do crescimento desse setor, segundo levantamento da Ebit/Nielsen, em 2020, as vendas via internet subiram 41% em relação ao período anterior. Um dos maiores atores desse setor, o Mercado Livre informou recentemente que vai investir R\$ 4 bilhões, somente no Estado de São Paulo neste ano, fazendo parte de um total de R\$ 10 bilhões em investimentos no país em 2021.

O foco principal está no mercado paulista e trará, principalmente, recursos em logística e tecnologia, seguindo a tendência mundial. Além do Mercado Livre, a gigante americana Amazon e a brasileira Magazine Luiza também anunciaram investimentos para 2021. Seguindo o ritmo atual, esperamos investimentos ainda maiores para 2022, dado que a penetração do comércio eletrônico no Brasil ainda é baixa, ficando em cerca de 11%, tendo, contudo, mais do que duplicado, já que antes da pandemia era 5%. Quando comparamos com os Estados Unidos, onde lá a penetração é de 25%, e na China 35%, temos muito a caminhar!

Os desafios no Brasil são bastante conhecidos, como a elevada burocracia, a imensa complexidade e a exorbitante carga tributária, além dos desafios naturais de um país continental com deficiências ainda muito grandes no campo da infraestrutura viária.

Um novo desafio, contudo, nos será lançado: o advento do 5G no país, que demandará investimentos significativos em infraestrutura de rede e demais sistemas correlatos. Não podemos deixar de falar aqui dos veículos autônomos AGV (Automated Guided Vehicle), dos drones e veículos elétricos, os quais, vencidos os mais rigorosos desafios, serão inevitáveis.

É inegável o quantum de redução de custo com uma logística planejada e bem estruturada, cuja participação do operador logístico é inegável. Segundo o último Third-Party Logistics Study – 2020, uma hegemônica parcela dos embarcadores americanos, cerca de 93% reportaram que ao utilizarem operadores logísticos em suas operações, lograram grande sucesso. Ademais da agregação de utilidade e valor dos serviços, estudos acessados dão conta de que os custos logísticos em uma operação variam entre 20% a 50% do custo total.

Segundo o Third-Party Logistics Study, o fator de redução do custo logístico gerado pela atuação dos operadores logísticos varia, em média, entre 15% e 20%, em uma média global, dado ao seu elevado conhecimento da atividade.

Para que se tenha uma boa ideia do espectro de atuação de um operador logístico, ele atua desde o planejamento e desenvolvimento correto de processos, utilizando-se das ferramentas analíticas adequadas à operação; a tecnologias sob medida ao processo; eliminando os processos e trabalhos improdutivos, com a mitigação do retrabalho, eliminando perda de materiais e de insumos; bem como redução dos riscos com roubo, furto e avarias.

De igual forma, o operador logístico tem atuação focada em SLA (Service Level Agreement), medindo pari-passu sua efetividade através de KPI (Key Performance Indicators); racionalizando os custos com a melhor ocupação e otimização de espaços, com a utilização de mais flexibilidade para adequar os recursos às alterações sazonais do mercado, utilizando e adequando frotas e otimizando rotas; melhor contratação, gestão e treinamento de pessoas, dentre outras ações fundamentais para o processo da logística integrada poder se dar de forma mais eficiente, eficaz e com maior efetividade.

Gostaria de findar este artigo compartilhando minha crença de que está na logística nossa importante fronteira de competitividade. O provedor logístico, independentemente do seu estágio de atuação, atua em projetos by demand, construindo soluções sob medida (taylor made) para que possamos reduzir, efetivamente, o custo Brasil.

Desta forma, além do todo exposto, novas estruturas têm surgido e evoluído neste campo, como as startups do setor, as logtechs, por exemplo, as quais atuam no desenho de soluções tecnológicas, que venham a sanar as “dores” específicas da cadeia de suprimentos e distribuição.



Segundo a distrito.me (clique aqui), foram mapeadas 283 startups que atuam no setor de logística no Brasil (logtechs), sendo que mais da metade delas foram fundadas nos últimos cinco anos. Em tão pouco tempo, esse jovem mercado vem empregando mais de 11 mil brasileiros, o que demonstra que estamos apenas começando e temos muito a amadurecer.

Carlos Cesar Meireles Vieira Filho
Mestre em administração com 34 anos de experiência no setor de logística. Co-fundador da ABOL – Associação Brasileira de Operadores Logísticos, foi seu CEO até o dia 31/05/2021. É membro do Conselho Nacional do Brasil Export e presidente do Conselho Internacional do Brasil Export.

O DIA

O DIA - RJ

AERONAVE SE CHOCA CONTRA PLATAFORMA DA PETROBRAS DURANTE VOO DE TREINAMENTO; CINCO PESSOAS FICARAM FERIDAS

Helicóptero colidiu com uma sonda localizada na Bacia de Santos, a cerca de 45 km da costa do Rio
POR BERTHA MUNIZ



A aeronave do modelo, AW139, registro PR-OTF, segue no local até que seja liberada mediante autorização das autoridades.

Foto: Reprodução.

MACAÉ - Um helicóptero da empresa Omni Táxi Aéreo, com base em Macaé, que realizava um exercício a cerca de 45 quilômetros da costa, na altura da cidade do Rio de Janeiro, colidiu com uma unidade marítima localizada arrendada pela Petrobras, na Bacia de Santos. O acidente ocorreu nesta quarta-feira (2), mas o fato só foi informado na noite desta quinta (3). Três tripulantes da aeronave ficaram feridos. Outras duas pessoas, que trabalham na plataforma, sofreram escoriações leves.

Os tripulantes do helicóptero era pilotos e haviam saído do Aeroporto de Jacarepaguá, em um treinamento noturno, em direção à sonda SS-75 Ocean Courage da Diamond Offshore, quando um deles chocou contra estruturas da plataforma enquanto se aproximava para pouso. Em nota, a Omni Táxi Aéreo informou que os três tripulantes saíram andando da aeronave, foram atendidos pela enfermagem local e encaminhados ao hospital para realização de exames complementares e criteriosa avaliação médica.

A empresa informou ainda que acionou imediatamente o Plano de Resposta a Emergências (PRE) e está colaborando com as autoridades no processo de investigação. Já a Petrobras, responsável pela unidade marítima, informou que a sonda não estava em operação e não houve impacto ao meio ambiente. As empresas responsáveis pelo afretamento da sonda e pela aeronave comunicaram a ocorrência às autoridades e as causas serão investigadas.

As circunstâncias do acidente estão sendo apuradas pelo Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos). A aeronave do modelo, AW139, registro PR-OTF, segue no local até que seja liberada mediante autorização das autoridades. O helicóptero é um dos mais novos da frota da Omni Táxi Aéreo, tendo entrado em operações em 21 de maio de 2021.

Considerado um dos mais modernos do mundo, foi projetado com o intuito de proporcionar capacidade multifuncional e flexibilidade às operações para atender integralmente às mais rigorosas exigências de desempenho e segurança de sua categoria. A aeronave pode transportar até 15 passageiros em alta velocidade a bordo de uma das mais espaçosas e confortáveis cabines disponíveis no mercado.

Sindicato se solidariza

Por meio de nota enviada na manhã desta sexta-feira (4), o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), informou que acompanha junto à categoria petroleira os desdobramentos do acidente. “ A entidade não representa formalmente os petroleiros e petroleiras

da unidade, que fica na Baía de Santos, mas manifesta a sua preocupação e se coloca em solidariedade na atenção com a segurança de voo”, disse o documento.

Fonte: O Dia - RJ

Data: 04/06/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTOS DO PARANÁ INICIA REVISÃO DO PLANO DE ZONEAMENTO PORTUÁRIO

Informação: Informativo dos Portos (4 de junho de 2021)

O último PDZ feito em Paranaguá foi em 2012, com atualizações em 2014, 2016 e 2017. Em 2021, a atualização é feita com o apoio da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), órgão do Governo Federal que também é responsável pelo Plano Mestre dos portos paranaenses.

Segundo Eduardo Nina Pinheiro Perez, assessor técnico da EPL, estes instrumentos de planejamento consideram ainda o Plano Nacional de Logística Portuária e as políticas públicas voltadas para o setor.

“Realizamos a coleta de informações atuais e fazemos exercício de visualização do futuro, com vistas à forma estratégica em que serão potencializadas as mais variadas áreas e regiões dos portos. O foco é sempre que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável e integrada.”, disse. “Atuamos em parceria com a Portos do Paraná e a oportunidade de ter esclarecimentos adicionais junto às equipes de engenharia, engenharia marítima, operações e arrendamentos”, acrescenta.

É a partir do PDZ que a autoridade portuária dá destino a suas áreas, explica o gerente de Arrendamentos da Portos do Paraná, Rossano Reolon. “Juntamente com os demais instrumentos de planejamento, de maneira interligada, pensamos o porto organizado por áreas: um lado com operação de líquidos, outro com granéis, outro veículos e carga geral. Essa segregação permite planejar o porto a longo prazo”, diz.

Para ele, ter um PDZ atualizado permite a melhor exploração das áreas disponíveis. O setor portuário é muito dinâmico. Prevê diversos estudos, envolvendo diferentes tecnologias. “Nosso objetivo é realizar as adaptações a cada dois anos”, adianta.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/06/2021

SUZANO CAPTURA MAIS DE 15 MILHÕES DE TONELADAS DE CARBONO DA ATMOSFERA EM 2020

Informação: Portal R3 (4 de junho de 2021)

A Suzano, referência global na fabricação de bioprodutos desenvolvidos a partir do cultivo de eucalipto, removeu 15.200.311,6 de toneladas de CO₂eq da atmosfera no último ano.

Esse volume considera o balanço entre as emissões de carbono diretas e indiretas (escopos 1, 2 e 3) e o carbono capturado pelas florestas plantadas da companhia e de áreas destinadas à conservação. A iniciativa faz parte do compromisso de longo prazo da empresa de remover 40 milhões de toneladas de carbono da atmosfera até 2030.

A companhia mantém aproximadamente 1,3 milhão de hectares de florestas plantadas de eucalipto e 970 mil hectares de áreas preservadas, além de plantar em torno de 460 mil mudas por dia, incluindo eucalipto e árvores de mata nativa, o que contribui para potencializar o estoque de carbono.



Além disso, a Suzano atua para reduzir as suas emissões em suas operações e na cadeia de valor, inovando equipamentos e maquinários, maximizando o uso de combustíveis renováveis, além de desenvolver projetos em parceria com fornecedores para maximizar a eficiência.

Atualmente, as mudanças climáticas são um dos principais desafios que o mundo enfrenta e exigem uma ação global e imediata para mitigar seus efeitos devastadores.

Apesar das dificuldades nesse cenário, há oportunidades para o Brasil em razão do potencial único de armazenar carbono em suas florestas e, conseqüentemente, da possibilidade de participar do desenvolvimento de um mercado nacional e global de créditos de carbono.

Nesse sentido, a Suzano, pela natureza de seus negócios, tem atuado constantemente para o avanço destas agendas e para contribuir com soluções sustentáveis e renováveis em direção a um futuro mais sustentável.

“A Suzano é uma companhia que remove mais CO2 da atmosfera do que emite, o que significa ser positiva para o clima. Propusemos uma meta ousada até 2030 de retirar uma quantidade de carbono equivalente ao que emite uma grande metrópole urbana, como Hong Kong, em um ano.

O alto nível de alcance é esperado nos primeiros anos da meta, mas isso não significa que vamos reduzir a nossa estratégia de remoções.

A visão de longo prazo e sustentável é a essência do nosso negócio, por isso, queremos deixar um legado significativo para as próximas gerações a partir do nosso Propósito de renovar a vida a partir da árvore”, diz Cristiano Resende de Oliveira, gerente executivo de Sustentabilidade da Suzano.

A agenda de mudanças climáticas faz parte da criação do modelo de negócios resiliente da companhia, direcionando sua visão estratégica para a transição de uma economia neutra em carbono.

“Na Suzano, entendemos que nosso negócio deve gerar um impacto positivo para a sociedade como um todo, e que podemos atuar como alavancadores desta agenda. Por isso, temos participado ativamente de ações junto ao poder público e a sociedade civil para implementar ações efetivas que garantam o desenvolvimento sustentável do nosso País”, salienta Cristiano Oliveira.

A evolução do primeiro ano da meta de carbono anunciada pela companhia em 2020, a gestão estratégica do tema e explicações metodológicas podem ser encontradas no recém-divulgado Relatório Anual da companhia, que segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), é inspirado nos princípios do International Integrated Reporting Council (IIRC) e tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todo o conteúdo passou por verificação externa da Bureau Veritas, organização internacional de certificação em normas, e do Mapeamento Anual de Ocupação e Ocupação do Solo no Brasil (MapBiomass).

Para acessar o Relatório Anual 2020, clique aqui ou acesse o hotsite com todas as informações: <https://r2020.suzano.com.br/>.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/06/2021

ADM ENTRA PARA O CONSÓRCIO GENESIS PARA APOIAR STARTUPS QUE IMPULSIONAM O FUTURO DA INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

Informação: Business Wire (4 de junho de 2021)

CHICAGO – (BUSINESS WIRE) – A ADM Ventures, o braço de capital de risco corporativo da ADM (NYSE: ADM), anunciou hoje sua colaboração com o Genesis Consortium. A Genesis, fundada pelos investidores do Vale do Silício SOSV e Mayfield Fund, é uma aliança global de empresas de capital de risco e corporações dedicadas a apoiar startups que alavancam a biologia para promover a saúde humana e planetária. A SOSV é a empresa controladora da IndieBio, uma aceleradora de startups líder e investidora em estágio inicial para startups centradas na biologia em todo o mundo.



Líder global em nutrição humana e animal, a ADM faz parcerias ativas com inovadores que promovem a sustentabilidade nos diversos negócios globais da empresa. Compromissos anunciados recentemente com empresas iniciantes como Air Protein, Spiber e NET Power enfatizam a dedicação da ADM à inovação sustentável. Esta nova parceria irá acelerar o lançamento comercial e aumento de escala de startups que alavancam a biologia para promover a saúde humana e planetária.

“A ADM e o Genesis Consortium compartilham um foco comum na interseção de sustentabilidade, nutrição e saúde e bem-estar. Vemos o Genesis Consortium como um canal através do qual a ADM pode colaborar com os participantes emergentes da indústria para trazer ao mercado novos produtos naturais que atendam simultaneamente às demandas dos consumidores e resolvam os desafios globais urgentes”, disse Ian Pinner, Diretor de Estratégia e Inovação da ADM. “As startups inovadoras estão desbloqueando avanços científicos ao alavancar a biologia e a fermentação para produzir soluções nutricionais, de saúde e bem-estar e de biomateriais de forma sustentável e com custo competitivo. A ADM está focada em alavancar sua profunda experiência em fermentação para acelerar a comercialização dessas inovações revolucionárias.”

O Genesis Consortium reúne uma rede diversificada de tecnólogos, investidores de risco e corporações para traduzir os avanços da ciência da vida em negócios comercialmente viáveis que resolvem problemas urgentes de saúde humana e planetária. O Genesis constrói uma base sólida para o ecossistema de empreendimentos em estágio inicial, apoiando fundadores científicos e técnicos com os recursos necessários para escalar suas startups de ciências biológicas desde os estágios iniciais.

“Estamos entusiasmados com a adesão da ADM ao Consórcio Genesis como líder no movimento de alimentos e materiais limpos. Com gigantes da indústria como a ADM, estou mais confiante em nossa luta contra as mudanças climáticas”, disse Arvind Gupta, fundador da IndieBio e sócio do Mayfield Fund.

Além do suporte de aceleração e incubação para startups, as atividades do Genesis Consortium incluem eventos regulares focados em avanços emergentes nas ciências da vida, palestras e seminários técnicos frequentes nos centros de eventos da IndieBio em São Francisco e Nova York, e uma conferência anual de engajamento corporativo para investidores de risco e corporações relevantes.

“Os próximos 20 anos testemunharão o aumento imparável da biologia e da biofabricação como agentes de mudança para um planeta melhor”, disse Sean O’Sullivan, Sócio-gerente geral da SOSV. “Avanços na bioengenharia irão trazer abundância física que é sustentável e boa para o futuro de todos.”

A ADM Ventures investe em start-ups de ponta com tecnologias inovadoras em três áreas principais: nutrição humana, nutrição animal e sustentabilidade. Mais precisamente, a ADM Ventures busca criar portfólios de ingredientes funcionais e limpos que promovam a estratégia de crescimento da ADM, tanto investindo como colaborando com startups que estão focadas em melhorar a saúde e nutrição humana e animal. A ADM Ventures também busca startups que utilizem os ativos e matérias-primas da ADM para produzir materiais sustentáveis, além de tecnologias que aumentem a eficácia ou eficiência das operações da ADM. O grupo interno separado de novos produtos incubados da ADM Ventures cria e opera novas linhas de produtos e novos negócios para a ADM.

Sobre ADM

Na ADM, liberamos o poder da natureza para fornecer acesso à nutrição em todo o mundo. Com as inovações do setor, um portfólio completo de ingredientes e soluções para atender a todos os gostos e um compromisso com a sustentabilidade, oferecemos aos clientes uma vantagem na solução dos desafios nutricionais de hoje e de amanhã. Somos líderes globais em nutrição humana e animal e a principal empresa de produção e processamento agrícola do mundo. Nossa amplitude, profundidade, percepções, instalações e conhecimento logístico nos dão recursos incomparáveis para atender às necessidades de alimentos, bebidas, saúde e bem-estar e muito mais. Da semente da ideia ao

resultado da solução, enriquecemos a qualidade de vida em todo o mundo. Saiba mais em www.adm.com.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/06/2021

BRASIL É O QUARTO MAIOR PRODUTOR DE GRÃOS E O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE BOVINA, FIZ ESTUDO

Informação: Informativo dos Portos (4 de junho de 2021)

Embora seja o quarto maior produtor de grãos, o Brasil é o segundo maior exportador do mundo, com 19% do mercado internacional. Nos últimos 20 anos, a exportação atingiu mais de 1,1 bilhão de toneladas, o que representou 12,6% do total exportado mundialmente. “Os dados mostram a evolução e o posicionamento da produção e comercialização internacional do agro brasileiro. Soja, milho, algodão e carnes são os produtos mais dinâmicos pela crescente demanda externa. A perspectiva é que devam continuar nos próximos anos. Crescimento populacional e elevação da renda no mundo são as forças motrizes da demanda mundial, principalmente na Ásia, destacando-se a China e, em futuro próximo, a Índia”, afirma Contini.

As exportações brasileiras alcançaram US\$ 37 bilhões, só em 2020, e US\$ 419 bilhões, entre 2000 e 2020. “O estudo tem como propósito apresentar a performance brasileira de produção e de exportação de grãos, carnes, frutas e produtos da silvicultura, nas duas últimas décadas. Trabalhamos com um recorte temporal de 2000 a 2020, utilizando dados do sistema FAOSTAT e realizando estimativas matemáticas para os resultados de 2020”, esclarece Adalberto Aragão.

Brasil lidera produção e exportação de soja

De 2000 a 2020, o País foi o segundo maior produtor e exportador de soja. A partir do ano passado, alcançou o primeiro lugar, com 126 milhões de toneladas produzidas e 84 milhões exportadas. O Brasil responde hoje por 50% do comércio mundial de soja. As exportações brasileiras do grão somaram US\$ 30 bilhões, em 2020, e US\$ 346 bilhões nas duas últimas décadas. Por outro lado, a produção de arroz continua sendo um desafio, pois desde 2000 o volume de produção permaneceu praticamente o mesmo, sem aumentos expressivos. China e Índia continuam sendo os maiores produtores mundiais do grão. O Brasil ocupa o nono lugar, mas sua produção é voltada para o mercado interno. Apenas 2% foi exportado em 2020.

O País ocupou em 2020 a terceira posição na produção mundial de milho, com 100 milhões de toneladas (8,2% do total), superado apenas pelos Estados Unidos e pela China. Nas últimas décadas, a posição relativa do Brasil não se alterou quando se considera a produção do grão, mas cresceu em termos de exportações.

Em 2020, os produtores brasileiros de milho exportaram 38 milhões toneladas, ou seja, 19,8% das exportações totais do produto, sendo o segundo maior exportador do grão, atrás apenas dos Estados Unidos. Apenas no ano passado, as exportações nacionais de milho somaram US\$ 6 bilhões.

Feijão e algodão

O Brasil é o quarto maior produtor de feijão no mundo, mas não está entre os maiores exportadores, a maior parte da produção é destinada ao consumo interno. China, Índia e Myanmar foram os maiores produtores de feijão no mundo, responsáveis por mais de 60% de toda a produção em 2020.

“Produtos, como o arroz e o feijão, que historicamente atenderam ao consumo interno no Brasil, têm apresentado produção estagnada. Seu crescimento depende basicamente da evolução da população brasileira, hoje com baixas taxas. Adicionalmente, são produtos básicos da população brasileira, mas de baixa demanda quando a renda cresce. O arroz iniciou um movimento de exportação no último ano para alguns países com déficit de produção. Mas os grandes produtores mundiais de arroz protegem seu mercado, inclusive com subsídios, o que impacta também na nossa produção e exportação”, explica Elísio Contini.

Com relação ao algodão, o estudo demonstrou que apesar de o País ocupar a quinta posição em produção, ao se analisar a performance brasileira dos últimos 20 anos, percebe-se um aumento de produção, assim como de exportação do produto. Em 2020, o país foi o quarto maior produtor de algodão e o segundo maior exportador, atrás apenas dos Estados Unidos.

Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo

Em 2020, o rebanho bovino brasileiro foi o maior do mundo, representando 14,3% do rebanho mundial, com 217 milhões de cabeças, seguido pela Índia com 190 milhões de cabeças. Apesar de o país ser o maior produtor de bovinos do mundo, ao adicionarmos a produção de aves e de suínos, o país passa a ocupar a terceira posição mundial no mercado internacional, com uma produção que corresponde a 9,2%, em 2020, ou 29 milhões de toneladas, atrás da China e dos Estados Unidos.

Mas em quantidade de carnes exportadas (bovina, suína e aves), em 2020, o Brasil passou a ocupar o segundo lugar, com 7,4 milhões de toneladas ou 13,4% do total mundial.

Entre 2000 e 2020, as exportações de carnes brasileiras renderam US\$ 265 bilhões. Porém, ao se fazer o recorte sobre a carne bovina, o país, em 2020, foi o maior exportador de carnes do mundo, com 2,2 milhões de toneladas e 14,4% do mercado internacional. Em seguida, aparecem a Austrália, Estados Unidos e Índia. “Quando falamos em rebanho bovino separadamente o estudo observou que o país, em 2020, passou a ser o que possui o maior rebanho do mundo e também o maior exportador”, explicou Contini.

Produção de frango

A carne de frango é considerada importante alimento para o consumo interno e para as exportações. O Brasil possui o quarto maior rebanho de galináceos do mundo, com 5,6% do total em 2020, ou 1,5 bilhão de cabeças.

Destaque para os três maiores rebanhos: China (19,2%), Indonésia (14,7%) e Estados Unidos (7,5%).

Os Estados Unidos, apesar de ter o terceiro maior rebanho de galináceos, quando se trata de produção da carne de frango, em 2020, lideraram com 16,7%, seguidos do Brasil com 11,8% (14 milhões de toneladas) e da China com 11,7% da produção mundial.

Em 2020, o Brasil se tornou o maior exportador de carne de aves com 4,3 milhões de toneladas (20,9%) e em segundo lugar os Estados Unidos com 18,2% do volume total exportado. Em 2020, as exportações brasileiras de carne de aves renderam US\$ 6,6 bilhões.

Em relação aos últimos 20 anos, Estados Unidos e Brasil perderam participação. Ganharam importância Holanda, Tailândia e Polônia.

Carne suína

Com relação aos suínos, o Brasil, em 2020, alcançou a terceira posição mundial na produção, com 41 milhões de cabeças, ou seja, 4,4% do total. O destaque é a China com 41,1% do rebanho mundial, seguida dos Estados Unidos (8,4%). “A China vem conseguindo superar a Peste Suína Africana e continua liderando a produção de suínos no mundo, mas o seu consumo destina-se principalmente ao mercado interno”, explica o pesquisador Elísio Contini.

Em relação às exportações de carne suína, em 2020, a Alemanha e os Estados Unidos lideraram com participações acima de 15% do total cada um. O Brasil foi o 7º lugar em 2020 e o 8º nas duas últimas décadas, com participação abaixo de 5%.

Terceiro produtor de frutas

Em 2020, o Brasil foi o terceiro maior produtor de frutas do mundo, com 58 milhões de toneladas em frutas produzidas, 5,4% do total mundial. Os maiores produtores foram a China com 28,1%, seguida da Índia com 11,5%, ambos com crescimentos na participação mundial.

“No entanto, ao analisarmos o recorte temporal de 2000 a 2020, observamos que o Brasil vem perdendo participação no mercado mundial de produtores de frutas e se manteve como o 11º exportador neste mesmo período”, analisam os autores do estudo. “A dinâmica do Agro Brasileiro está nas exportações. No caso de exportação de frutas, o Brasil vem evoluindo, mas com pouco dinamismo se observarmos o potencial de comércio internacional. Frutas em natura, para o rico Hemisfério Norte são oportunidades de negócios bilionários, não explorados adequadamente pelo País. Adicione ainda o impacto em nutrição saudável para os consumidores mundiais”, avalia Elísio Contini, um dos autores do artigo “Exportar dietas saudáveis” que trata do tema.

Entre os países que mais exportaram frutas estão Espanha, Equador, Estados Unidos, China, Costa Rica, Holanda, Itália, Bélgica, Filipinas e África do Sul. Apesar de o Chile não estar entre os maiores exportadores, figura entre os países que mais geraram recursos com a exportação de frutas, o que demonstra o elevado valor agregado do produto chileno.

O Brasil exportou 3 bilhões de dólares de frutas em 2020 e 60 bilhões entre 2000 e 2020.

Maior produtor de açúcar e café

A participação brasileira na produção mundial tem-se elevado em relação aos últimos anos. Brasil foi de fato o maior produtor mundial de açúcar, com 1/3 da produção mundial, seguido da Índia com 17%.

Na produção de café (em grãos), em 2020, o Brasil liderou com 30,3% do total, ou 3,1 milhões de toneladas. Manteve sua participação relativa dos últimos anos. Em segundo lugar esteve o Vietnã, com 16,9% e com crescimento em relação às duas últimas décadas. Colômbia aumentou levemente sua participação na produção.

O Brasil foi responsável por mais de um quarto (25,5%) das exportações mundiais de café, comercializando 2 milhões de toneladas, seguido do Vietnã com 20,2% e da Colômbia com 10,7%.

A mesma situação observa-se com o açúcar, o país foi, em 2020, o maior produtor mundial de açúcar, com 1/3 da produção mundial, seguido da Índia com 17%. E também se consolidou como o maior exportador, com 22 milhões de toneladas no ano passado, o equivalente a 30% da exportação mundial.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 04/06/2021*

TRAÇANDO UM CAMINHO A SEGUIR PARA A INDÚSTRIA GLOBAL DE FRETE E LOGÍSTICA

Informação: World Logistics Passport (4 de junho de 2021)

O comércio internacional não é estranho à perturbação ultimamente. Em março, o mundo prendeu a respiração quando o navio porta-contêineres Ever Given encalhou, bloqueando o Canal de Suez. O efeito cascata desse bloqueio ainda está sendo sentido nas cadeias de abastecimento globais dois meses depois, agravado pelo impacto da pandemia de COVID-19 nos últimos 18 meses, que fez com que países e regiões experimentassem quedas acentuadas nas importações e exportações.

Na esteira dessas rupturas, reacender o comércio global é imperativo para impulsionar a competitividade e alcançar uma recuperação mais justa e sustentável. Uma parte do quebra-cabeça para impulsionar o comércio global de forma sustentável é aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento globais.

O aumento da resiliência vem de diferentes formas

Uma mudança importante no setor de comércio é que as economias emergentes não dependem mais de um grande parceiro comercial e estão estabelecendo novas rotas comerciais entre países onde antes não existiam. Isso já estava bem encaminhado antes do início da pandemia e agora foi consolidado.



Ainda existem enormes oportunidades inexploradas para impulsionar o comércio e o investimento entre os países, e isso é particularmente verdadeiro para o comércio entre as economias em desenvolvimento, que representaram 25% do comércio global em 2017, de acordo com a UNCTAD. 76% disso veio de exportações intra-asiáticas, sinalizando que as iniciativas que ligam as regiões em desenvolvimento ao redor do mundo podem ter um impacto significativo no cenário comercial.

A resiliência também vem na forma de como os bens são fisicamente transportados ao redor do mundo. O bloqueio do Canal de Suez destacou como dependemos de um único canal, devido ao seu status de rota comercial marítima mais rápida entre a Europa e a Ásia. E embora eu admita que as alternativas ao transporte marítimo para viagens intercontinentais para certos tipos de mercadorias permaneçam limitadas, aéreo, terrestre e marítimo devem fazer parte da mistura quando se considera como transportar mercadorias de baixo peso e alto valor.

Entre no Passaporte Mundial de Logística

O World Logistics Passport (WLP) é uma iniciativa global, liderada pelo setor privado, projetada para facilitar o fluxo do comércio global, desbloquear o acesso ao mercado e fornecer eficiência econômica aos membros. O programa é gratuito e aberto a todos – qualquer país ou empresa que desempenhe um papel ativo no comércio internacional é bem-vindo.

Como membros do WLP, os comerciantes e agentes de carga têm acesso aos benefícios financeiros e não financeiros dos principais operadores logísticos, como portos, aeroportos, companhias aéreas e alfândegas. Quanto mais uma empresa comercializa, mais benefícios ela desbloqueia, ajudando a facilitar o acesso a novos mercados e aumentar a participação de mercado nos existentes.

Para os governos, o WLP promete maior competitividade e resiliência econômica durante um período de incertezas sem precedentes. Além do aumento dos números do comércio, o WLP está ajudando a criar empregos de alta qualidade e atrair investimentos estrangeiros dos países membros. Mais de 10 países se inscreveram para a iniciativa política, incluindo Brasil, Índia e África do Sul. Mais recentemente, o WLP deu as boas-vindas ao Vietnã e ao México neste clube de nações comerciais.

Criar consenso sobre como podemos aumentar e melhorar o comércio internacional

Em 8 de junho, sediremos o WLP Global Summit inaugural, reunindo líderes globais de organizações empresariais, governamentais e internacionais para compartilhar perspectivas sobre as principais tendências que moldam o setor de frete e logística. Presidido pelo Sheikh Ahmed bin Saeed Al Maktoum, Presidente e CEO do Emirates Group, a Cúpula verá convidados ilustres se reunirem para construir um consenso sobre como o WLP pode contribuir para aumentar e melhorar o comércio internacional.

O comércio internacional é de fundamental importância para a economia global, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e crescimento das nações. No contexto da atual crise do COVID-19, o WLP desempenha um papel fundamental na resposta global para impulsionar o comércio internacional, facilitar o acesso a novos mercados e aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento globais.

Nosso objetivo declarado é promover a cooperação internacional a fim de oferecer às empresas as condições regulatórias, informações e incentivos corretos para desbloquear todo o potencial do comércio global. Você pode nos acompanhar em nossa jornada no LinkedIn e no Twitter .

Mike Bhaskaran é CEO da World Logistics Passport. Ele também é COO de Logística e Tecnologia da DP World.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 04/06/2021

GOVERNO SANCIONA LEI QUE PERMITE COBRANÇA DE PEDÁGIO POR QUILOMETRO RODADO

Informação: Informativo dos Portos (4 de junho de 2021)

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou nesta quarta-feira (2) a lei que estabelece condições para a implantação da cobrança por meio de sistemas de livre passagem em rodovias, conhecido como free-flow, em que não há a necessidade das praças de pedágio.

Com o free-flow, é possível a identificação automática e eletrônica dos veículos através de pontos com sensores – por radiofrequência ou por câmeras – ao longo da rodovia. Desta maneira, o sistema possibilita pagamentos de tarifas que guardem maior proporcionalidade com o trecho da via efetivamente utilizado pelo motorista.

Pela Lei 14.157/2021, deixar de efetuar o pagamento da forma estabelecida implicará em infração grave com aplicação de multa. “Pelo pagamento proporcional ao quilômetro rodado, as tarifas rodoviárias tendem a ser menores já que todos os motoristas passarão a contribuir de alguma forma com a manutenção”, disse a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do MInfra, Natália Marcassa.

REDUÇÃO DE TARIFA

Para os contratos de concessões firmados anteriormente e naqueles em que não seja possível a implantação do free-flow, a regulamentação deverá prever a possibilidade de termos aditivos para viabilizar benefícios tarifários a usuários frequentes.

“Esse é um passo importante na política do Governo Federal de modernização das rodovias federais”, avalia o secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, Marcello Costa.

O primeiro teste desta nova tecnologia em uma concessão federal deve ocorrer em um segmento da rodovia Dutra (BR-116/101/SP/RJ), que tem leilão previsto para o segundo semestre.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/06/2021



COMEX DO BRASIL

CNI DEFENDE ABERTURA “GRADUAL E PREVISÍVEL” E NOVOS ACORDOS PARA DINAMIZAR O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Por ComexdoBrasil.com -2 de junho de 20210

Brasília – O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defende uma abertura comercial, que deve ser implementada de forma “gradual e previsível”, a redução da burocracia e do chamado “Custo Brasil” e a negociação de acordos comerciais para dinamizar e modernizar o comércio exterior brasileiro.

Segundo o presidente da CNI, “somos a favor da abertura comercial, mas é crucial que ela ocorra de forma gradual, previsível, por meio de acordos comerciais e da adoção de uma política comercial completa, que abranja os vários aspectos da competitividade do comércio exterior e nos permita competir em bases mais equânimes com concorrentes internacionais”.

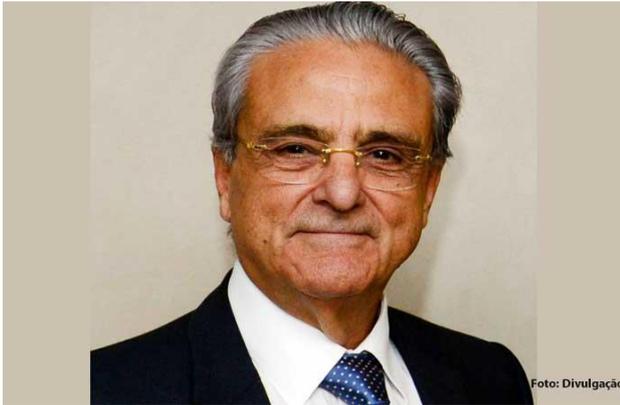


Foto: Divulgação - O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade

Na avaliação de Robson Braga de Andrade, “é preciso fazer uma recalibragem no projeto de abertura comercial anunciado pelo governo, de forma que ele ocorra em paralelo à redução efetiva do “Custo Brasil” e a adoção de políticas de estímulo à competitividade exportadora e dos investimentos internacionais, tenha como foco a celebração de acordos comerciais e que priorizem processos que ofereçam ganhos efetivos ao país, como o Acordo Mercosul-União Europeia”.

Nesta segunda-feira (31), a CNI divulgou dois conjuntos de propostas de políticas públicas que a instituição considera “urgentes e necessárias” para amenizar os efeitos da crise provocada pela segunda onda da pandemia da Covid-19 e, paralelamente, contribuir para uma retomada consistente da economia brasileira e a construção das bases para um crescimento sustentado da economia.

As 48 medidas estão consolidadas no documento Vencer a Crise e Voltar a Crescer divulgados pela Confederação.

No tocante especificamente ao comércio exterior, os conjuntos de propostas contêm uma série de medidas, a saber:

Reduzir a burocracia e os custos do comércio exterior, como a conclusão do Portal Único de Comércio Exterior e ajustar a alíquota do Reintegra para 3%, entre outros;

Recalibrar o projeto de abertura comercial, dando preferência à celebração de acordos, além de suspender o processo de redução unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) no Mercosul;

Acelerar a internalização de acordos comerciais que contribuam para ampliar o acesso do Brasil a mercados internacionais, como os acordos do Mercosul sobre compras públicas e facilitação de comércio;

Editar novo decreto sobre subsídios e medidas compensatórias para modernizar o mecanismo e evitar que o Brasil importe bens que outras economias já entenderam que foram ilegalmente subsidiadas.

Prorrogar, por 12 meses, o prazo de cumprimento de exportação no Drawback, Recof e Recof-Sped, referente a atos concessórios outorgados e solicitações que venceram até dezembro de 2020.

(*) Com informações da CNI

Fonte: *Comex do Brasil*

Data: 04/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CARGILL INVESTIRÁ US\$200 MI EM REFINARIA DE ÓLEO DE PALMA NA INDONÉSIA

(Por *Fathin Ungku*)

CINGAPURA (Reuters) – A gigante norte-americana do agronegócio Cargill disse que está construindo uma refinaria de óleo de palma na província de Lampung, na Indonésia, que receberá investimentos de 200 milhões de dólares e deve estar concluída no final do próximo ano.

A nova refinaria é parte de um movimento da Cargill para ter total controle sobre sua cadeia de fornecimento de óleo de palma, “da plantação ao cliente”, a fim de atender à demanda norte-americana e europeia pelo produto, visto como mais sustentável, disse a empresa.

“O projeto é um passo fundamental para que a Cargill amplie a disponibilidade para consumidores de ingredientes para óleos de cozinha produzidos e originados de forma sustentável”, disse o presidente da Cargill Ásia Pacífico, Robert Aspell, em comunicado na quinta-feira.

“Essa cadeia de suprimento totalmente integrada oferece a nossos consumidores garantia de que rigorosos requisitos de produção e de alta qualidade do produto sejam alcançados”, disse ele.

A construção da refinaria já começou e deve estar finalizada ainda em 2022, segundo o comunicado.

A Indonésia é a principal produtora de óleo de palma do mundo. O produto é utilizado desde em alimentos até cosméticos, mas esse tipo de óleo tem enfrentado resistência particularmente em alguns mercados ocidentais por questões que vão de direitos trabalhistas a desmatamento.

A indústria de óleo de palma também tem sido relacionada a incêndios florestais na Indonésia.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro
Data: 04/06/2021

LIMINAR EM MG OBRIGA CSN A TOMAR MEDIDAS CONTRA ROMPIMENTO DE BARRAGEM

(Por Aluisio Alves)

SÃO PAULO (Reuters) – O governo de Minas Gerais informou ter obtido na quinta-feira uma decisão liminar obrigando a CSN a adotar medidas de segurança para evitar o rompimento da Barragem da Mina de Fernandinho, na cidade de Rio Acima.

Com a decisão, a CSN terá que intervir na barragem de cerca de 33 metros de altura, com aterro estimado em 413.675 metros cúbicos, sob pena de multa diária de 1 milhão de reais. Os moradores já foram retirados da área de risco.

Segundo publicação da administração de Minas Gerais em seu site, a barragem está em nível 2 de emergência, e teve o Plano de Ação Emergencial de Barragens de Mineração acionado devido ao não atendimento de fatores de segurança.

Unidade da CSN em Volta Redonda (RJ)



A ação foi ajuizada pelo governo local após a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) receber aviso da Agência Nacional de Mineração (ANM) de aumento do risco de rompimento da estrutura, que é alteada por método a montante.

A estrutura fica a menos de 9 quilômetros do Rio das Velhas e uma ruptura pode causar danos a diversos municípios, com risco até de interromper a captação de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) em Bela Fama, afirmou o

governo.

A juíza responsável pela decisão exigiu que a CSN apresente proposta de custeio e cronograma de ações para garantir o atendimento à demanda por água na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de um plano de contingência para abastecimento emergencial na hipótese de paralisação do Sistema Rio das Velhas.

A juíza determinou ainda que a empresa amplie a segurança da estrutura e apresente planos para estancamento e remoção dos rejeitos em caso de eventual rompimento, para controle contra proliferação de doenças transmissíveis e para remediação de danos ambientais e econômicos causados pelo eventual rompimento da estrutura.

Em nota, a CSN afirmou que a obra de estabilização e descomissionamento da barragem está temporariamente suspensa para tratativas com a Agência Nacional de Mineração (ANM).

“A (barragem) encontra-se em projeto estabilização e hoje já está com reduzido nível de água subterrâneo, sem presença de água superficial”, diz trecho do comunicado, que afirma ainda que a empresa hoje não possui nenhuma barragem de rejeitos em operação.

A CSN disse que a obra deverá estar concluída em março de 2022, que diariamente são feitas inspeções e que sua estrutura “não apresenta risco de rompimento”.

Às 10:44, a ação da CSN na bolsa paulista tinha queda de 1,3%, enquanto o Ibovespa cedia 0,05%.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 04/06/2021

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

DIÁRIO DO COMÉRCIO – MG

BRASIL TRABALHA PARA AMPLIAR EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS PARA RÚSSIA, DIZ BOLSONARO

Por Reuters



Crédito: Adriano Machado/Reuters

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (04) que o Brasil trabalha para potencializar as exportações de alimentos para a Rússia e demais países da região da Eurásia, em participação por vídeo em fórum econômico organizado pelo presidente russo, Vladimir Putin.

“Nos próximos anos, o Brasil deve consolidar-se como o maior produtor de alimentos... Trabalhamos para potencializar nossas importações de alimentos para o mercado russo

e de outros países da região”, disse Bolsonaro, durante o Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo.

O presidente lembrou que o Brasil é o principal importador de fertilizantes da Rússia e citou a “complementaridade saudável para ambos os lados” na cadeia de valor do agronegócio, defendendo que o comércio entre os dois países avança em áreas como tecnologia, defesa, espaço e energia e saúde.

“O comércio entre Brasil e Rússia pode e deve incorporar o alto grau de desenvolvimento de nossas economias, de modo a abranger produtos de maior valor agregado em proporções crescentes”, afirmou.

Segundo Bolsonaro, o fórum de São Petersburgo é uma oportunidade para se discutir maneiras de se abordar “a tripla urgência de reconstruir a saúde, a economia e a sustentabilidade globais”.

Fonte: Diário do Comércio - MG

Data: 04/06/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

CHINA MOSTRA OTIMISMO SOBRE CONVERSAS COMERCIAIS COM EUA

Por Reuters

A China comemorou nesta quinta-feira a retomada de “debates normais” com os Estados Unidos nas frentes comercial e econômica, aparentemente disposta a superar uma guerra comercial ao dizer que os dois lados almejam resolver problemas pragmaticamente.

O vice-premiê chinês, Liu He, que comanda as negociações comerciais com os EUA, realizou duas videochamadas com a representante comercial norte-americana, Katherine Tai, e a secretária do Tesouro, Janet Yellen, em uma semana, o que assinala o primeiro engajamento formal entre as duas partes em questões comerciais e econômicas no governo Biden.

As duas videochamadas duraram cerca de 50 minutos, disse o porta-voz do Ministério do Comércio, Gao Feng, em uma coletiva de imprensa de rotina, acrescentando que as conversas começaram bem e que o comércio bilateral, as situações macroeconômicas e as políticas domésticas estiveram entre os tópicos.

Os debates para resolver vários problemas vêm na esteira de um período de relações tensas entre as duas maiores economias do globo, incluindo uma guerra comercial retaliatória de quase dois anos.

“A China e os Estados Unidos retomaram debates normais sobre economia e comércio”, disse Gao aos repórteres. “Buscar interesses comuns colocando diferenças de lado foi o consenso”.

Pequim também abordou suas preocupações específicas com base no desempenho de sua economia doméstica, disse ele.

“Na próxima etapa, os dois lados, no interesse dos dois países e do mundo, concordaram em trabalhar juntos e resolver pragmaticamente alguns temas específicos para produtores e consumidores e impulsionar os desenvolvimentos saudáveis do comércio sino-norte-americano e as relações econômicas”, disse Gao.

Washington emitiu comunicados sucintos sobre as conversas que enfatizaram interações sinceras com o lado chinês. Yellen e Tai disseram que aguardam debates futuros com Liu.

A mídia estatal chinesa também se concentrou no tom positivo das tratativas econômicas após as interações frias entre autoridades de política externa chinesas e norte-americanas de alto escalão em um encontro no Alasca em março.

As interações da semana passada estão “provocando otimismo a respeito de uma comunicação melhor entre as duas maiores economias do mundo”, noticiou o tabloide chinês estatal Global Times.

“Poderia ser construtivo para os dois lados compartilhar suas posturas em uma gama ampla de temas em disputa e tentar desemaranhar ao menos certos aspectos da rivalidade cada vez mais complexa e crescente”, disse o Global Times.

Fonte: *Moneytimes*

Data: 04/06/2021

BTG INCLUI LAVVI E ORIZON NA CARTEIRA DE SMALL CAPS DE JUNHO; RANDON E INTELBRAS DEIXAM PORTFÓLIO

Por *Diana Cheng*



Além de ver a ação da Lavvi sendo negociada a um valuation atraente, o BTG acredita que a companhia está no caminho certo para cumprir seu plano de IPO (Imagem: Money Times/Gustavo Kahil)

O BTG Pactual (BPAC11) fez duas alterações na carteira recomendada de small caps de junho. O banco excluiu as ações de Randon (RAPT4) e Intelbras (INTB3) para incluir os papéis de Lavvi (LAVV3), do setor de construção, e Orizon (ORVR3), empresa de tratamento

de resíduos.

Empresa	Ticker	Segmento	Peso
Lavvi	LAVV3	Construção civil	20%
Oi	OIBR3	Telecomunicações	20%
3R Petroleum	RRRP3	Petróleo	20%
Orizon	ORVR3	Serviços básicos	20%
Santos Brasil	STBP3	Logística	20%

Além de ver a ação da Lavvi sendo negociada a um valuation atraente, o BTG acredita que a companhia está no caminho certo para cumprir seu plano de IPO (oferta pública inicial de ações).

“A Lavvi espera quatro empreendimentos em 2021 (lançamentos provavelmente totalizando mais de R\$ 1 bilhão), e o primeiro é o icônico projeto Villa, previsto para o segundo trimestre: com R\$ 500-600 milhões de valor de venda e margens muito elevadas”, destacou a equipe de análise da instituição.

O BTG está otimista com as oportunidades do mercado imobiliário em São Paulo. Segundo o banco, as baixas taxas de hipotecas e os estoques controlados explicam a boa acessibilidade para os compradores. Isso acaba beneficiando a Lavvi, que pode aumentar os lançamentos e atingir seu ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) esperado de 25%.

→ Conheça setor cripto que valorizou 2.900% nos últimos 12 meses e pode superar a valorização do Bitcoin

No caso da Orizon, o BTG enxerga uma oportunidade de crescimento relevante para a Orizon devido aos ativos da Estre, maior empresa de aterros sanitários do Brasil.

De acordo com os analistas, os ativos da Estre mais do que dobrariam a base de ativos da Orizon, adicionando de R\$ 100 milhões a R\$ 120 milhões ao Ebitda da empresa (Imagem: Site/Orizon)
 Em fato relevante divulgado em maio, a Orizon informou que foi aprovado em assembleia geral o plano de recuperação judicial do Grupo Estre, que prevê a participação da companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente, em conjunto com o fundo Jive, como primeiros proponentes (stalking horse) no processo competitivo de alienação dos aterros da Estre.

“Orizon e Jive estão muito bem posicionados, pois são os stalking horses, o que lhes dá o direito de apresentar a primeira oferta. Além disso, eles têm o direito de combinar e, se não forem os vencedores, recebem uma taxa de rescisão de 6,5% do lance vencedor”, afirmou o BTG.

De acordo com os analistas, os ativos da Estre mais do que dobrariam a base de ativos da Orizon, adicionando de R\$ 100 milhões a R\$ 120 milhões ao Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da empresa.

A carteira de small caps do BTG teve valorização de 8,4% em maio, superando a performance do Índice Small Cap (SMLL), que avançou 6,3%, e do Ibovespa, cuja alta no período foi de 6,2%.

Fonte: Moneytimes
Data: 04/06/2021

ENTREVISTA: “O TRANSPORTE RODOVIÁRIO SERÁ OUTRO EM QUATRO ANOS”, DIZ CEO DA CLICKBUS

Por Renan Dantas



O executivo, que conversou com exclusividade com o Money Times, diz ainda que a ClickBus quer aproveitar a baixa penetração de usuários que compram passagens online (Imagem: Divulgação/ClickBus)

O setor de transportes se viu em um dos seus piores momentos: de repente, de uma hora para outra, as pessoas pararam de viajar. Aeroportos foram fechados e centenas de aviões permaneceram aterrados. No modal rodoviário, o mais utilizado por brasileiros, o estrago não foi

menor: as vendas das passagens online caíram 31% em 2020 ante 2019.

Porém, uma empresa em especial tem tudo para aproveitar a janela de oportunidades do e-commerce que ocorreu durante a pandemia: a ClickBus. A plataforma é líder em venda online de passagens rodoviárias, com cerca de 150 viagens de ônibus em seu portfólio que levam para mais de 4.6 mil destinos.

Para dar um gás ainda maior nessa transformação, a startup anunciou um novo CEO: Phillip Klien. O executivo tem passagens por companhias como PicPay, OLX, Uber e Twitter, além de ter sido fundador da Predicta, pioneira em marketing digital no Brasil.

Segundo Klien, o mercado rodoviário passará por grandes transformações nos próximos anos.

“Muitas vezes, o mercado rodoviário não é uma indústria que atua muito na questão do marketing, mas ela é fundamental e muito propensa à inovação. Eu acho que daqui a quatro anos, o crescimento do modal irá surpreender no crescimento e acho que irão vir várias inovações para dar mais segurança, simplicidade e inteligência a esse meio de transporte”, afirma.

O executivo, que conversou com exclusividade com o Money Times, diz ainda que a ClickBus quer aproveitar a baixa penetração de usuários que compram passagens online, hoje em cerca de 20%, para aumentar suas fronteiras. Antes da Covid esse número girava em torno de 12%.

Mesmo sendo de certa forma beneficiada pela pandemia, que poderá mudar para sempre hábitos de consumidores mais resistentes ao online, a empresa não escapou de ver suas receitas caírem 27% no comparativo com o período anterior. Foram emitidas 20% menos passagens que em 2019.

Por outro lado, os números também revelam certa resiliência em relação ao setor como um todo: segundo dados da ABRATI (Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros), apenas no primeiro trimestre deste ano o número de passageiros embarcados caiu cerca de 70% e o faturamento 73%, em relação ao ritmo pré-crise.

Na ClickBus, no entanto, a queda foi de 23% na emissão online de passagens e 19% na receita gerada na comparação com o mesmo período de 2020.

Neste ano, a companhia projeta expansão de 45% a 55% no setor, que deve se aproveitar da retomada econômica e da vacinação em massa.

Veja os principais trechos da conversa:

MT: Você já teve passagens por outras empresas com essa pegada digital, como PicPay e Uber. Quais suas expectativas e como você avalia esse mercado rodoviário?

Phillip Klien: A ClickBus está em uma rota de crescimento e eu vim para guiar esse busão ao futuro. Estamos em uma fase de retomada da crise. Começamos a ter uma perspectiva positiva. Várias métricas indicam esse processo, inclusive na indústria de turismo. Com o aumento da vacina, vimos uma elevação de passagens no Dia das Mães, por exemplo.

A ClickBus é a principal marketplace de passagens no Brasil e a minha experiência com marketplaces digitais, especialmente em fase de crescimento, pode ajudar a trazer esse “cabelo branco” para maximizar o processo.

O que eu trago para a Click é uma perspectiva muito orientada no cliente, sempre buscando tecnologia de ponta em tudo que tocamos. Vamos crescer mais rápido não só por causa da retomada, mas vamos aproveitar esse momento de pessoas mais digitais.

Tudo foi para o digital. Na minha experiência no PicPay no ano passado eu vi isso. Todos os aspectos da experiência do usuário estão indo para o digital. Na indústria do transporte rodoviário no final de 2019, na pré-pandemia, apenas 12% das passagens eram vendidas online e hoje esse número está em 20%. Por que não ampliar esse número? Nessa mudança de comportamento, nós nos vemos como grandes protagonistas e queremos acelerar ainda mais.

MT: Como vocês lidaram com a pandemia?

Phillip Klien: Da porta para dentro trabalhamos com muita cautela. Primeiro tivemos uma redução drástica de volume de passagens. Foram emitidas 20% menos passagens em 2020 do que em 2019, considerando que a crise começou a partir de abril.

Tentamos ajudar os parceiros a abraçar o digital com as nossas soluções. Com as rodoviárias fechadas e as vendas sendo migradas para o digital, nós nos vimos como super parceiros. Também criamos um selo de segurança minimizando o serviço para quem precisa viajar.

MT: Como estão observando a retomada?

Phillip Klien: Muitas pessoas abandonaram os grandes centros para morar em cidades do interior ou periféricas.

Como vai ser quando passar a pandemia? Será que essas pessoas continuarão morando distante do trabalho e terão uma nova necessidade de transporte rodoviário intermunicipal para poder ir e voltar ao trabalho?

Estamos não só olhando o que está acontecendo no ecossistema e as mudanças de comportamento, mas também já vendo que outras mudanças grandes que vão ocorrer e como poderemos nos beneficiar desse movimento.

MT: O brasileiro ainda viaja de ônibus?

Phillip Klien: Somos um país de proporções continentais e infelizmente a nossa infraestrutura de transporte é precária. O mercado de aviação cresceu nos últimos anos, mas a realidade é que só via ônibus que você consegue atingir 4 mil destinos no Brasil.

A pandemia trouxe uma oportunidade de olharmos o turismo no mercado doméstico, não só para lá fora.

Além disso, a tecnologia dentro dos ônibus tem melhorado bastante. Você consegue ter diversas classes de nível de conforto. No pré-crise, vendemos 160 milhões de passagens no Brasil. Cada vez mais que conseguimos promover eficiência e simplicidade no transporte rodoviário, não tem razão para esse modal não aumentar.

MT: Quais os principais planos para crescer?

Phillip Klien: O propósito que buscamos é sempre trazer o máximo de tecnologia para todos os pontos de contato. Se existe essa realidade de 20% comprando as passagens online, precisamos questionar: quais são as dores e as resistências que existem para essas pessoas não irem para o digital.

Essa mudança de comportamento é um dos grandes objetivos para fazer essa retomada, aplicando tecnologia, conversando com as viagens.

O mercado de transporte é muito regulamentado. Porém, vemos cada vez mais aberturas, novas possibilidades e modelos para trazer mais eficiência

MT: A empresa busca captação em alguma rodada de investimentos?

Phillip Klien: Exploramos alternativas. Não precisamos delas, estamos em uma situação confortável: temos a nossa escala, o nosso crescimento. Mas com certeza podemos trazer novas tecnologias ou novas oportunidades. São coisas que a gente sempre está aberto a olhar e estudar.

Fonte: Moneytimes
Data: 04/06/2021

FUTUROS DO AÇO SOBEM NA CHINA E MINÉRIO DE FERRO RECUA, MAS GANHA 10% NA SEMANA

Por Reuters



Os futuros do minério de ferro na bolsa de commodities de Dalian, por sua vez, fecharam em baixa (Imagem: Pixabay/Ricobino)

Os futuros do vergalhão de aço na China avançaram nesta sexta-feira, enquanto os do minério de ferro recuaram, mas ambos fecharam com ganhos semanais, embora preocupações com a chegada da época de chuvas, com menor demanda, tenham limitado a alta.

O contrato mais negociado do vergalhão de aço para construção na bolsa de futuros de Xangai, para entrega em outubro, saltou 1,4%, para 5.159 yuanes (805,4 dólares) por tonelada, registrando a primeira elevação semanal nas últimas quatro semanas (+4,6%).

Os estoques de vergalhão mantidos por comerciantes e usinas recuaram 3,3%, para 10,42 milhões de tonelada até quinta-feira, segundo dados da consultoria Mysteel.

“A demanda por vergalhão do setor de imóveis e infraestrutura no mês passado foi mais fraca que no ano passado”, afirmaram analistas da GF Futures em nota, destacando também a chegada da época de menor demanda sazonal.

Os futuros do minério de ferro na bolsa de commodities de Dalian, por sua vez, fecharam em baixa. O contrato para entrega em setembro recuou 1,9%, a 1.169 yuanes por tonelada, mas encerrou a semana com alta de 9,9%.

Fonte: Moneytimes
Data: 04/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

FUNAI ACIONA PF NO LICENCIAMENTO DO LINHÃO MANAUS-BOA VISTA

Por epbr - 4 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

em jogo

O presidente da Funai, Marcelo Xavier, denunciou à Polícia Federal os servidores do próprio órgão que comanda e lideranças da terra indígena Waimiri Atroari por supostas “barreiras e entraves” ao licenciamento da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Xavier envolveu até mesmo advogados que acompanham o processo.

— A medida surpreendeu técnicos da Funai e de outras áreas do governo que atuam na conclusão dos trâmites para liberação do chamado componente indígena, etapa que acaba influenciando na obtenção da licença ambiental (Estadão).

— O projeto de interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) atrasou, e a concessionária Transnorte (Eletronorte e Alupar) considera que a linha perdeu a viabilidade financeira.

— A empresa tentou a rescisão amigável da concessão de 2011 e a revisão da remuneração do contrato na Aneel, sem sucesso. A discussão deve seguir para arbitragem entre a concessionária e a agência (MegaWhat).

Quem é Marcelo Xavier? Ex-secretário de Nabhan Garcia, que cuida da política fundiária no Ministério da Agricultura, o presidente da Funai chegou a ser reprovado no exame psicotécnico para entrar na Polícia Federal (passou na 2ª tentativa) e foi investigado por sua atuação como delegado.

— Seu antecessor na Funai, o general da reserva Franklimberg de Freitas, foi substituído por Xavier devido à influência de Nabhan sobre Bolsonaro. Segundo Franklimberg, Nabhan “saliva ódio aos indígenas”.

Bioenergia. “O mundo enfrenta a necessidade de reduzir suas emissões de carbono e garantir uma retomada econômica no pós-pandemia”, escreve Marcelo Gauto.

Governança. Eduardo Cirne Lima, advogado de Direito Societário do escritório Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel, analisa as circunstâncias que levaram ao questionamento da eleição de conselheiros da Petrobras.

O avanço das novas tecnologias de comunicações e sua influência no exercício do poder de voto dos acionistas minoritários → https://epbr.com.br/o-avanco-das-novas-tecnologias-de-comunicacoes-e-sua-influencia-no-exercicio-do-poder-de-voto-dos-acionistas-minoritarios/?utm_source=newsletters+epbr&utm_campaign=0e373a9b2d-epbr-comece-seu-dia_20210604&utm_medium=email&utm_term=0_5931171aac-0e373a9b2d-183400681

Transição energética. “Ainda é cedo para se saber como vai acontecer a efetiva implementação do Acordo de Paris, mas a responsabilidade e o papel das empresas nas ações relacionadas com as mudanças climáticas ganharam um precedente importante e passaram para uma nova dimensão”, escreve Natascha Trennepohl.

Manutenção de Mexilhão. Segundo informações do Valor, o governo solicitou à Petrobras uma reavaliação do cronograma de parada da plataforma de Mexilhão entre agosto e setembro.

— O problema é que a manutenção, programada e necessária, ocorre justamente em um momento de agravamento da crise hídrica. A plataforma de Mexilhão é o hub de escoamento do gás natural do pré-sal de Santos, interligando o gasoduto Rota 1 à Caraguatatuba, em São Paulo.

Com a alta do dólar, os preços do petróleo fecharam perto da estabilidade nessa quinta (3/6). O Brent com vencimento em agosto encerrou o dia cotado a US\$ 71,31 por barril, após tocar a máxima de US\$ 71,99.

— O Índice de Commodities Brasil (IC-Br) do Banco Central acumula alta de 48,93% em 12 meses terminados em maio. O subgrupo energia acumula a maior alta, de 78,95% no mesmo período, superior às commodities agrícolas (37,86%) e metálicas (63,84%). Valor

A Raízen registrou o pedido de oferta inicial pública de ações (IPO, na sigla em inglês), como havia sido antecipado no início da semana. Segundo o Broadcast, a joint-venture entre a Cosan e a Shell pode movimentar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 13 bilhões.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 04/06/2021

BRASIL PRECISA TREINAR QUATRO MIL TRABALHADORES ATÉ 2025 PARA SUPORTE AO SETOR EÓLICO

Por Nayara Machado - 4 de junho de 2021 - Em Diálogos da Transição, Eólica, Setor elétrico, Transição energética - Editada por Nayara Machado - nayara.machado@epbr.com.br

O Brasil precisará treinar 3.737 profissionais nos próximos cinco anos para dar suporte à instalação programada de 9,7 GW adicionais de eólica onshore até 2025.

A conclusão é de um estudo (.pdf) publicado esta semana pelo Conselho Global de Energia Eólica (GWEC) e Organização Eólica Global (GWO) — grupo que fornece padrões de treinamento de segurança.

Já a indústria eólica global precisará treinar mais de 480 mil pessoas neste período para atender à demanda do mercado de energia.

“À medida que a expansão da indústria eólica global se acelera, as oportunidades de criação de empregos são de interesse crescente em toda a cadeia de suprimento”, diz o GWEC.

O GWEC destaca as oportunidades para os governos regionais e nacionais que, “cada vez mais, veem a energia verde como um motor para o crescimento econômico e desenvolvimento social, bem como uma rota para a descarbonização das redes de eletricidade”.

Além de liderar o crescimento da energia eólica na América Latina, o Brasil está na dianteira nas Américas em crescimento de novos centros de treinamento certificados e também no volume de trabalhadores sendo treinados, diz o estudo.

Em 2020, esse mercado cresceu 101% e 13 prestadores de treinamento certificados formaram uma força de trabalho de mais de 5,5 mil pessoas.

Apesar de não calcular a demanda para o mercado offshore no Brasil, o relatório chama a atenção para o potencial brasileiro neste segmento.

Ministro promete regulação. Esta semana, Bento Albuquerque anunciou que o Ministério de Minas e Energia trabalha em um marco regulatório para as eólicas offshore. Não está definido se o governo vai editar um projeto de lei ou propor uma resolução para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

“A questão ainda está em estudos internos, a fim de ser apontado o melhor caminho para este marco regulatório”, esclareceu o ministério.

“Vamos apresentar até o final do ano aquilo que é essencial: um marco regulatório para essa importante fonte energética, que o Brasil certamente terá como um dos pilares de sua matriz elétrica”, disse o ministro.

Destaques do Global Wind Workforce Outlook 2021-2025

- Dos 480 mil trabalhadores treinados necessários em todo o mundo, 308 mil serão empregados para construir e manter projetos eólicos em terra e 172 mil para os parques eólicos offshore;
- Mais de 70% dessa nova demanda global virá de dez países: Brasil, China, Japão, Índia, México, Marrocos, Arábia Saudita, África do Sul, EUA e Vietnã
- O recorte são empregos nos segmentos de construção, instalação, operação e manutenção da cadeia de valor da energia eólica. Não cobre empregos em compras, manufatura (segmento mais intensivo em mão de obra) e transporte;
- Aumentar a capacidade de treinamento em grandes mercados eólicos, como os EUA e a China, estimula a criação de vagas e aumento da produtividade;
- Nas economias emergentes, por sua vez, redes de treinamento alinhadas com padrões internacionais de segurança colaboram para a sustentabilidade da indústria a longo prazo;
- Há um potencial inexplorado significativo para a cadeia de fornecimento de treinamento e educação industrial em países em todo o mundo.

Desafios

Com 751 gigawatts (GW) de capacidade de energia eólica já instalada, a indústria eólica gerou quase 1,2 milhão de empregos em todo o mundo até o momento, de acordo com a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, em inglês).

Em 2020, havia aproximadamente 550 mil trabalhadores em energia eólica na China, 260 mil no Brasil, 115 mil nos EUA e 63 mil na Índia, de acordo com uma pesquisa global da GWEC Market Intelligence.

Em estudo divulgado em maio, a GWEC projeta a criação de 3,3 milhões de empregos diretos no setor até 2025.

O relatório conclui que esse ritmo de treinamento pode não ser suficiente para formar outros 280 mil trabalhadores necessários para instalar os 490 GW previstos de nova capacidade nos próximos cinco anos.

Para Jakob Lau Holst, CEO da GWO, muito se fala sobre a quantidade de GW renováveis necessários para o mundo alcançar emissões líquidas zero, mas falta uma discussão sobre a força de trabalho atingir essa ambição.

Curtas

Mais desmatamento, menos chuva e menor produção agrícola. Em 20 anos, precipitação pode ter caído à metade em áreas que perderam 60% da vegetação nativa, com prejuízo anual estimado em R\$ 5,7 bilhões. Pesquisa FAPESP

A entrada dos 6 GW de termelétricas a gás natural previstas na MP da Eletrobras pode representar um aumento de emissões de 800 milhões de toneladas de CO2 em 30 anos, na estimativa do ClimalInfo. A melhor opção, portanto, seria o deslocamento de fontes mais poluentes e não renováveis...

...”O que a gente está colocando a mais na carga das emissões nacionais, com essas usinas, vai ser um obstáculo importante para a meta que o presidente Bolsonaro anunciou de atingirmos a

neutralidade climática em 2050”, disse o pesquisador do Instituto ClimaInfo, Shigeeo Watanabe Júnior, em audiência no Senado.

“Ainda é cedo para se saber como vai acontecer a efetiva implementação do Acordo de Paris, mas a responsabilidade e o papel das empresas nas ações relacionadas com as mudanças climáticas ganharam um precedente importante e passaram para uma nova dimensão” – Responsabilidade climática: metas alcançam as empresas, escreve Natascha Trennepohl.

E20 na Índia. O governo da Índia decidiu antecipar a elevação da mistura de etanol na gasolina para 20% (E20), de 2025 para 2023. O prazo original do programa era 2030. Atualmente em 10% (E10), o mercado indiano demanda 4 bilhões de litros do biocombustível (Valor)...

...A política está no radar do setor sucroalcooleiro no Brasil. Com uma das maiores frotas do mundo, a Índia pode ser um importante mercado emergente para o etanol, dando força aos negócios internacionais. Há, inclusive, acordos de colaboração entre os países.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/06/2021

IEA: INVESTIMENTO EM ENERGIA VOLTA A CRESCER EM 2021, MAS DISTANTES DE ROTA DE NEUTRALIDADE DE CARBONO

Por Nayara Machado - 4 de junho de 2021 - Em Transição energética

Os investimentos globais no setor de energia devem crescer cerca de 10% e alcançar US\$ 1,9 trilhão em 2021, revertendo a maior parte da queda do ano passado, o primeiro da pandemia de covid-19.

Contudo, os aportes em transição para energia limpa precisam triplicar para cumprir as metas climáticas do Acordo de Paris e manter o aquecimento do planeta abaixo de 1,5° C.

As estimativas são de relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) publicado na quarta (2), que traz como destaque a tendência de mudança no perfil de investimentos do setor energético.

“2021 está prestes a ser o sexto ano consecutivo em que o investimento no setor de energia supera o do abastecimento tradicional de petróleo e gás”, diz a agência.

Segundo o World Energy Investment 2021, o investimento no setor elétrico deve crescer aproximadamente 5% este ano para mais de US\$ 820 bilhões, em seu nível mais alto, depois de permanecer estável em 2020.

As renováveis dominam o investimento em nova capacidade de geração e devem representar 70% de o total este ano.

“E esse dinheiro agora vai mais longe do que nunca no financiamento de eletricidade limpa, com cada dólar gasto na implantação de energia solar fotovoltaica hoje resultando em quatro vezes mais eletricidade do que há dez anos, graças à tecnologia muito melhorada e custos decrescentes”, destaca.

Demanda para atingir neutralidade de carbono é três vezes maior

Para Fatih Birol, diretor executivo da IEA, recursos muito maiores devem ser mobilizados e direcionados para tecnologias de energia limpa para “colocar o mundo no caminho certo para alcançar emissões líquidas zero até 2050”.

De acordo com o roteiro Net Zero da agência, o investimento em energia limpa precisará triplicar até 2030.

“Sinais políticos claros dos governos reduziram as incertezas associadas aos investimentos em energia limpa e forneceriam aos investidores a visibilidade de longo prazo de que precisam”, defende Birol.

Segundo a análise, os mercados financeiros também estão dando sinais encorajadores para investimentos em energia limpa.

“Existem enormes oportunidades para empresas, investidores, trabalhadores e economias inteiras no caminho para o zero líquido. Os governos têm o poder de desbloquear esses benefícios de base ampla”, afirma.

A emissão de dívida sustentável atingiu um nível recorde em 2020, e as empresas de energia renovável superaram as empresas de combustíveis fósseis nos mercados de ações internacionais.

Novos investimentos fósseis

O levantamento da IEA aponta que as aprovações para usinas que usam carvão como fonte de energia estão cerca de 80% abaixo do observado cinco anos atrás, mas alerta que a fonte fóssil não está excluída de novos investimentos.

“Houve até um ligeiro aumento no sinal verde para usinas movidas a carvão em 2020, impulsionado pela China e algumas outras economias asiáticas”, diz.

O relatório também estima um aumento em torno de 10% nos investimentos em petróleo e gás upstream em 2021, à medida que as empresas se recuperam financeiramente do choque de 2020.

A IEA também destaca as “estratégias divergentes entre as diferentes empresas de petróleo e gás”, com grandes empresas mantendo os gastos com petróleo e gás inalterados, enquanto companhias nacionais de petróleo estão aumentando os investimentos.

“A lacuna entre as tendências de investimento atuais e as necessidades de cenários impulsionados pelo clima é particularmente grande nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento”, avalia.

“Isso está emergindo como uma falha crítica nas transições de energia limpa antes da reunião crucial da COP26 em Glasgow no final deste ano”, completa.

Diversificação

Análise da IEA em 2020 alertou que apenas 1% dos gastos de capital da indústria estavam sendo direcionados para energia limpa.

Em 2021, o acompanhamento da agência sugere aumento para 4% em média, ficando bem acima de 10% no caso de algumas das principais empresas europeias.

“A influência dos pacotes de recuperação e das novas medidas de política climática transparece nas expectativas de gastos crescentes em 2021 com energia renovável, redes de eletricidade, eficiência energética – principalmente no setor de edifícios na Europa – e tecnologias emergentes”, analisa.

Destaque para a captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) e hidrogênio de baixo carbono entre as tecnologias emergentes que têm atraído as petroleiras.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/06/2021

A BIOENERGIA COMO ALAVANCA ECONÔMICA: EMPREGO, SAÚDE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Por Marcelo Gauto - 4 de junho de 2021 - Em Biocombustíveis, Coluna do Gauto, Combustíveis, Transição energética

O mundo enfrenta a necessidade de reduzir suas emissões de carbono e garantir uma retomada econômica no pós-pandemia

No Brasil, não será diferente. Entre as muitas possibilidades de se gerar novos empregos, associados à agenda global pró energia limpa, os investimentos em bioenergia despontam como uma oportunidade singular.

O Brasil tem papel destacado em bioenergéticos, marcado pela forte presença do etanol especialmente na matriz de combustíveis do país. Em números absolutos, é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, atrás apenas dos EUA, e em termos relativos, em percentual de mercado ocupado pelos biocombustíveis frente aos fósseis, é líder.

O volume de etanol produzido (anidro + hidratado) supera o de gasolina A no Brasil, algo que não se encontra similaridade em nenhum outro lugar do globo.

Os investimentos em bioenergia propiciam ganhos econômicos, sociais e ambientais e, mais do que nunca, num contexto de transição energética, serão cada vez mais importantes e valorizados.

A seguir, elencam-se alguns dos principais benefícios associados à produção de bioenergéticos e como eles podem ajudar a alavancar a retomada econômica do país.

Bioenergia, a máquina geradora de emprego e renda

Na esteira do crescimento das energias renováveis, muitas oportunidades de emprego e renda estão sendo geradas. Os benefícios das fontes energéticas mais limpas não se limitam aos ganhos ambientais, há impactos sociais positivos muito mais profundos do que se imagina.

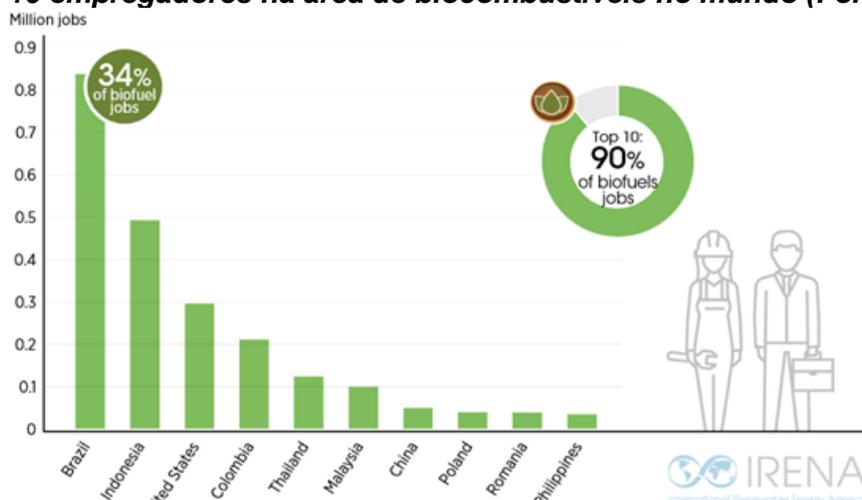
No Brasil, as evidências neste sentido já são conhecidas há bastante tempo por conta da bioenergia, derivada da produção de etanol e biodiesel no país.

Dados da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, 2021), dão conta de que o número global de empregos na área de energia renovável saiu de 7,28 milhões em 2012 para 11,46 milhões em 2019, um crescimento de 57%.

Pouco mais da metade das vagas está nas áreas de energia solar e biocombustíveis. A expectativa é de que estes números sigam crescendo.

O Brasil é o segundo maior gerador de empregos em números absolutos na área de renováveis como um todo, atrás apenas da China, e lidera com vantagens o segmento de biocombustíveis, conforme pode ser observado nos números expressos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Top 10 empregadores na área de biocombustíveis no mundo (Fonte: IRENA, 2021)



Dados do Ministério da Economia, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019, indicam que o setor sucroalcooleiro empregou formalmente 712 mil pessoas, desde o cultivo da cana até a fabricação do açúcar e do etanol.

Em comparação, o segmento de óleo e gás, empregou do E&P ao refino de derivados perto de 92 mil pessoas, ou seja, a geração de empregos é 8 vezes maior na cadeia sucroalcooleira do que no O&G (Quadro 1).

Quadro 1 – Números de empregos formais em O&G e setor sucroalcooleiro no Brasil

PETRÓLEO E GÁS		ETANOL DE CANA	
	Nº empregos		Nº empregos
Extração de petróleo e gás	27.178	Cultivo da cana-de-açúcar	180.581
Atividade de apoio à extração de O&G	30.025	Fabricação e refino de açúcar	369.111
Fabricação de produtos derivados de petróleo	34.710	Fabricação de etanol	162.490
TOTAL	91.913		712.182

Fonte: elaboração própria a partir de ME, 2021

Se levarmos em consideração a quantidade de empregos por unidade de energia gerada por cada um dos segmentos, pode-se dizer que a bioenergia gera mais de 150 empregos para cada 1 unidade de energia produzida.

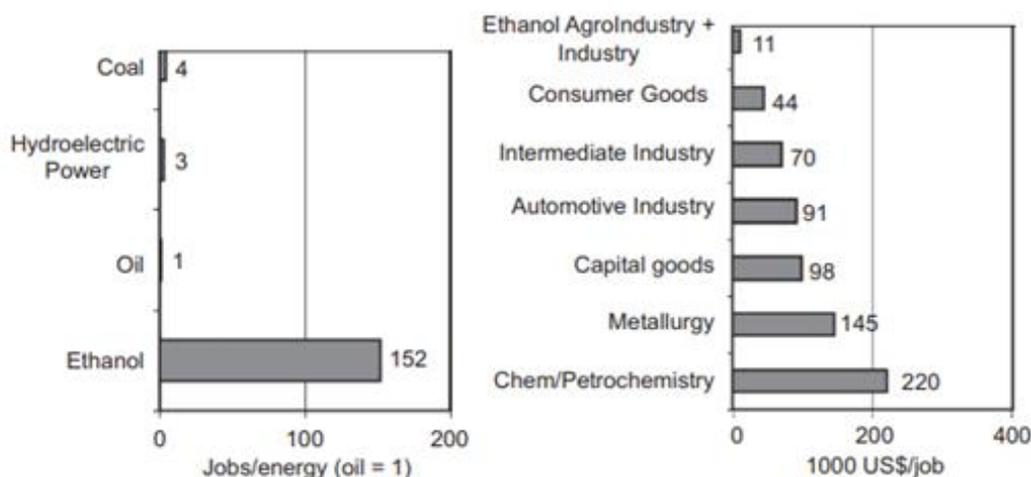
A geração de empregos em bioenergia requer também menos capital investido em comparação a outras áreas.

Um estudo científico liderado por pesquisadores do Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio) da USP, em 2008, revelou que um investimento médio de 11 mil dólares gerava um emprego no setor de etanol, enquanto na petroquímica eram necessários 220 mil dólares para gerar uma nova vaga (Gráfico 2).

Os dados apesar de antigos, certamente mantêm certa proporção ainda hoje e ajudam a dar noção de como a bioenergia é fortemente geradora de empregos.

Gráfico 2 – Empregos gerados no segmento de etanol: empregos por unidade de energia produzida (esquerda) e investimento por emprego criado (direita)

I. Goldemberg et al. / Energy Policy 36 (2008) 2086–2097



Fonte: Goldemberg, Coelho, Guardabassi, 2008

Melhorias em saúde

Além da fantástica geração de empregos, o uso de biocombustíveis, por exemplo, traz ganhos na saúde, evitando mortes por doenças associadas à poluição atmosférica, especialmente as respiratórias, aumentando a expectativa de vida, com reflexos positivos na economia.

Estudo recente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2021) apontou que o uso de etanol evita “[...] 371 mortes ao ano, e a população tem sua expectativa de vida aumentada em 13 dias, desde o nascimento [...]” na região metropolitana de São Paulo. Ainda no mesmo estudo, para o diesel B10 (contendo 10% de biodiesel), estimou-se que “[...] este programa evitou 244 mortes ao ano, e que a população deixou de perder 9 dias de vida, desde o nascimento [...]”.

Ao evitar mortes e reduzir as despesas hospitalares incorridas pelas pessoas internadas com problemas de saúde associadas ao uso dos combustíveis fósseis, há um ganho econômico direto.

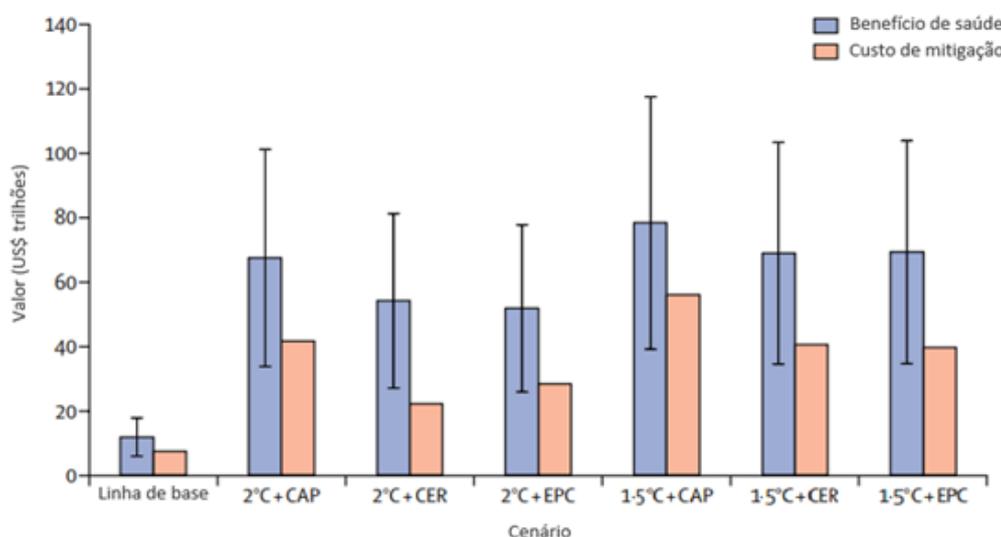
Segundo a EPE, para a região metropolitana de São Paulo, “[...] caso não houvesse o uso de etanol, o impacto na economia seria negativo em cerca de R\$ 25 bilhões em relação ao cenário base. Por outro lado, um aumento de 10% no consumo de hidratado geraria impacto positivo adicional de aproximadamente R\$ 2 bilhões [...]”.

E ainda “[...] em comparação com um cenário em que não haveria adição de biodiesel (B0), ocorreria um impacto negativo de R\$ 17 bilhões pela redução da expectativa de vida da população. Com a trajetória de B15, haveria um ganho de mais R\$ 7,6 bilhões [...]”.

Em escala global, considerando a meta do Acordo de Paris, de se manter o aumento da temperatura do planeta abaixo dos 2°C, um estudo publicado na Lancet Planet Health demonstrou que o retorno obtido em saúde é maior do que o valor dispendido para se alcançar as metas do Acordo, para variados cenários (Gráfico 3).

Estes estudos derrubam o mito de que investir em uma matriz de baixo carbono vai trazer prejuízo econômico.

Gráfico 3 – ganhos associados à mitigação das emissões de carbono fóssil em diferentes cenários (Fonte: traduzido de Markandya et al, 2018)



Redução das emissões e os créditos de carbono

Ao reduzir-se as emissões de carbono via produção de bioenergia, tem-se o fomento de um mercado de créditos de carbono, a cereja do bolo. Mitigar emissões de carbono fóssil tem hoje valor agregado adicional, além daqueles já destacados em relação à geração de emprego, saúde e economia.

A sociedade percebeu que é urgente a caminhada rumo a uma matriz de energia de baixo carbono e os programas de descarbonização são ferramentas auxiliares neste sentido.

Os créditos de carbono trazem receita adicional aos produtores de energia limpa, incentivando maiores investimentos na área. Com mais investimentos, tem-se menos carbono na atmosfera, mais empregos, mais saúde, crescimento econômico.

O Brasil pode tirar grande proveito disso, exportando esses créditos, inclusive. Isso porque temos as condições favoráveis para maximizar a produção de bioenergéticos (etanol, biodiesel, HVO, bioQAV, biogás, entre outros) e já temos um excelente programa rodando para tal, que é o Renovabio.

Vale ressaltar que o Renovabio é uma ferramenta de mercado, que privilegia a eficiência e a produção de biocombustíveis de forma sustentável.

É necessário fortalecê-lo, pois o fortalecimento do programa traz ganhos diretos e indiretos para o país, mitiga emissões de carbono, incentiva os investimentos que se traduzem em emprego, renda e melhoria na saúde.

Rumo a um futuro melhor

O mundo adoeceu, muitas vidas e empregos foram e ainda estão sendo ceifados por decorrência da pandemia da Covid-19. As emissões de carbono fóssil são, de certa forma, uma espécie de “covid silenciosa”, que igualmente tem gerado problemas ambientais e de saúde pública.

Os próximos anos vão exigir um esforço muito grande dos agentes econômicos na geração de empregos, aliada à necessidade de se fazer uma transição energética. A boa notícia, em meio a angústia que tomou conta da sociedade, é que a bioenergia ajuda a unir essas duas necessidades.

Como foi apresentado ao longo deste artigo, fomentar investimentos em bioenergia é uma alternativa que mitiga as emissões de carbono, gera empregos, tem impactos positivos no PIB, na saúde pública e no meio ambiente. Exatamente o que o mundo e o Brasil precisam no futuro que nos aguarda.

Com condição de clima favorável, vasta extensão territorial e expertise, o Brasil tem total condição de liderar esta caminhada, a oportunidade está bem a nossa frente.

Admirável mundo verde, vamos nessa?

Referências

(EPE) Empresa de Pesquisa Energética. Nota Técnica: Impacto na saúde humana pelo uso de biocombustíveis na Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/impacto-na-saude-humana-pelo-uso-de-biocombustiveis-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo>.> Acessado em maio de 2021.

IRENA (2020), Renewable Energy and Jobs – Annual Review 2020, International Renewable Energy Agency, Abu Dhabi.

Markandya, A.; Sampedro, J.; Smith, S.J.; Van Dingenen, R.; Pizarro-Irizar, C.; Arto, I.; González-Eguino, M. Health co-benefits from air pollution and mitigation costs of the Paris Agreement: a modelling study. *Lancet Planet Health* 2018; 2: e126–33.

Ministério da Economia (ME). Relação anual de informações sociais (RAIS). Disponível em: . Acessado em abril de 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO SE REÚNE COM A INDÚSTRIA E DISCUTE INCENTIVO PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA EM MOMENTOS DE PICO

Medida faz parte de ações para poupar água nos reservatórios
Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — Integrantes do Ministério de Minas e Energia se reuniram com representantes da indústria, nesta sexta-feira. Os técnicos estão discutindo um programa para incentivar grandes consumidores a reduzir o consumo de energia elétrica nos momentos de pico de demanda, em meio a uma crise hídrica histórica que atinge os principais reservatórios de usinas hidrelétricas.

O governo quer simplificar um programa que já existe, mas que até agora teve pouca adesão. Esse programa, chamado de Resposta da Demanda, é um mecanismo para gerenciar o consumo dos clientes em resposta às condições de oferta das fontes energéticas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O MME não quer obrigar as empresas a aderirem ao programa. Uma adesão compulsória é vista no setor elétrico como uma forma de racionamento de energia, o que é descartado pelo governo. Por isso, o trabalho é para incentivar a adesão voluntária.

Dentro do governo, não está sendo discutida a possibilidade de incluir também incentivos para os consumidores residenciais (atendidos por distribuidoras de energia elétrica), porque isso obrigaria trocar o relógio de medição de todas as residências. Os grandes consumidores não têm o fornecimento intermediado pelas distribuidoras.

Hoje, nos momentos de pico da demanda, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) coloca em operação um conjunto de usinas termelétricas caras e poluentes, além de exigir mais de hidrelétricas, para garantir o suprimento, mesmo em momentos de seca.

Com o programa para reduzir o consumo, nos momentos de pico, o ONS pode solicitar que o consumidor industrial reduza sua demanda. Ele é compensado financeiramente pela redução do seu consumo por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Isso acaba sendo positivo para todos os consumidores porque reduz o custo de operação do sistema e também economiza água nos reservatórios das hidrelétricas.

O programa Resposta da Demanda ainda é recente, teve pouca adesão e é considerado complexo pelas empresas. Por isso, o governo está conduzindo conversas para simplificar e ampliá-lo.

O incentivo para os grandes consumidores de energia elétrica faz parte das medidas do governo para garantir a segurança e confiabilidade do atendimento à carga do sistema ao longo de 2021, principalmente durante o período seco que se estende usualmente até novembro.

O objetivo das conversas com a indústria é dar “flexibilidade operativa” para o atendimento à carga do sistema nos horários em que há maior demanda por energia, como, por exemplo, nos dias úteis ao longo da tarde e início da noite. O pico de demanda do sistema é à tarde, o que se agrava durante a seca, já que mais consumidores ligam aparelhos de ar condicionado.

Por isso, reduzir o consumo de grandes empresas nos momentos de pico ajuda a guardar mais água nos reservatórios e também não rodar termelétricas mais caras (geralmente as movidas a óleo combustível).

Durante a reunião desta sexta, o ministério reiterou que está implementando mudanças nas vazões das hidrelétricas com o objetivo de guardar mais água dos reservatórios. Hoje, sai mais água das barragens do que entra. A intenção agora é reter água, o que acaba prejudicando outros usos, como irrigação e navegação.

Fonte: O Globo - RJ
 Data: 04/06/2021

PELO MENOS SEIS ESTADOS SE PREPARAM PARA ENTRAR EM NOVO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Amapá, Goiás, Minas, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte estão conversando com o Tesouro para aderir ao programa, que pode ter duração de até dez anos

Por Manoel Ventura e João Sorima Neto



Com crise fiscal, governadores como Ronaldo Caiado (centro) e Eduardo Leite (à direita) traçam reformas administrativas para reduzir custo com pessoal Foto: Itamar Aguiar / Agência O Globo

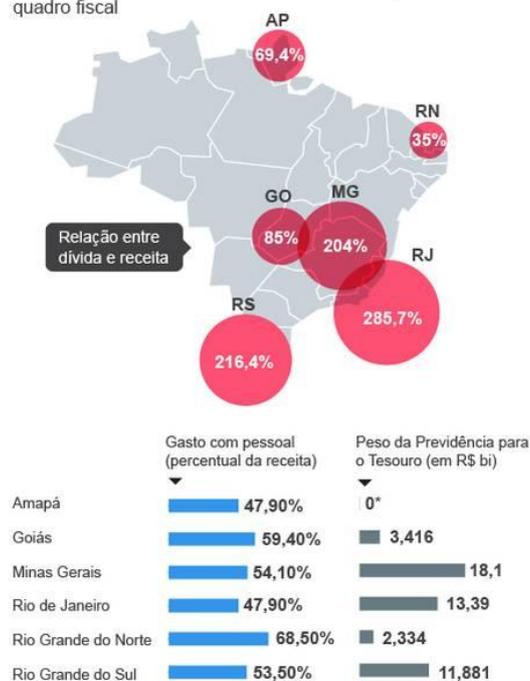
BRASÍLIA E SÃO PAULO — Ao menos seis estados preparam um programa de ajuste bilionário para entrar no novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), plano de ajuda federal a governos locais

em crise que foi reformulado no ano passado.

Além do Rio, que já era beneficiado pelo RRF antigo, Amapá, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte estão conversando com o Tesouro Nacional para aderir ao programa, que pode ter duração de até dez anos.

Candidatos ao novo programa

Governos estaduais terão de adotar medidas para melhorar quadro fiscal



Nesse período, os beneficiados terão um alívio no pagamento da dívida da União, mas precisam se comprometer com ações de controle das finanças públicas, como corte em benefícios fiscais e reforma nas regras do funcionalismo.

Rio aderiu primeiro

Foto: Editoria de Arte

De todos os interessados, só Goiás informou exatamente o tamanho do ajuste que pretende fazer: serão R\$ 24 bilhões, entre redução da dívida e alívio de gastos. A secretária de Fazenda, Cristiane Alkmin, afirma que o estado já fez a reforma da previdência local, o que reduz o crescimento das despesas, e mudou o estatuto dos servidores.

O estado governado por Ronaldo Caiado (DEM), que já conseguiu aderir ao regime por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), também irá ajustar seu teto de gastos (norma que limita despesas públicas) às regras da lei federal.

*Dado de Amapá é R\$ 348 mil, desprezível na escala de bilhões
 Fonte: Boletim dos Entes Subnacionais 2020 (dados de 2019)/Tesouro Nacional

Ajuste de R\$ 100 bi em Minas

— O nosso pacote de medidas, para efeitos de diminuição da trajetória da dívida, é de R\$ 3 bilhões. Para efeitos de margem fiscal, é de quase R\$ 21 bilhões ao longo do plano, que vai até 2031 — disse a secretária, acrescentando que a dívida consolidada do estado chega a R\$ 23 bilhões e será reduzida com venda de ativos.

Um dos estados em pior situação financeira, Minas Gerais diz que os principais estudos a respeito do plano já foram feitos, e o governo de Romeu Zema (Novo) aguarda a apreciação, na Assembleia Legislativa, do projeto de lei que o autoriza a aderir ao RRF.

Em 2020, quando a reformulação do RRF era discutida no Congresso, o estado informou que as medidas de ajuste chegariam a R\$ 100 bilhões. Agora, a secretaria estadual de Fazenda diz que, por questão estratégica, não pode dar detalhes.

“A adesão ao RRF, sobretudo, em função das regras recém-aprovadas, é considerada crucial para o reequilíbrio das contas públicas do estado de Minas Gerais que, há anos, vem sofrendo com sucessivas crises econômico-financeiras”, diz a secretária em nota.

Também com restrição fiscal, o Rio Grande do Sul afirma que está em fase final de elaboração de seu plano de recuperação. Em 2020, a estimativa do governo de Eduardo Leite (PSDB) era de um ajuste de R\$ 70 bilhões, mas o estado não revelou dados atualizados.

“Como boa parte do plano do estado já se tornou realidade por meio das reformas administrativa, previdenciária, tributária e privatizações já aprovadas, o tamanho do plano depende do critério a ser utilizado nos cenários, incluindo ou não no básico os ajustes já realizados”, afirma a secretária de Fazenda gaúcha.

Rio, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul já vinham negociando com o governo para ingressar no RRF há ao menos dois anos.



Mas novas regras como a redução do percentual mínimo de comprometimento com gastos com pessoal facilitaram o ingresso dos que já estavam pleiteando isso há mais tempo e permitiram ampliar o rol de estados elegíveis para o programa, que agora inclui Amapá e Rio Grande do Norte.

O governador Cláudio Castro: entregou pedido de adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

O secretário de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte, Aldemir Freire, informou que apesar de o estado ter manifestado interesse no plano, o governo de Fátima Bezerra (PT) ainda não decidiu se vai aderir. Ele disse que espera a regulamentação do Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF).

— A publicação da regulamentação é relativamente recente e ainda estamos avaliando o custo/benefício de uma adesão. Para o Rio Grande do Norte os benefícios não são tão significativos dadas as exigências — afirmou Freire.

Procurado, o governo do Amapá não respondeu aos pedidos para explicar por que negocia adesão ao plano. O estado é governado por Gladson Cameli (PP).

Primeiro a ingressar no programa, ainda em 2017, o Rio nunca chegou a sair do regime. Embora a primeira parte do plano tenha se encerrado no ano passado, o estado manteve os benefícios por meio de medidas judiciais nos últimos meses.

Na semana passada, pediu oficialmente ao governo federal para continuar na nova versão do plano. O pedido está em análise pelo Tesouro.

No documento entregue à pasta, o governo fluminense cita que parte das ações de ajuste fiscal exigidas para ingressar no regime já estão implementadas, como a privatização da Cedae, realizada no fim de abril.

O economista Fabio Klein, da Consultoria Tendências, especializado em contas públicas, avalia que a nova lei é mais flexível que planos anteriores, o que possibilita a adesão de mais entes da federação.

Plano flexível demais

Mas ele observa que, em alguns pontos, o plano acaba sendo flexível demais, como no prazo de dez anos para que os estados e municípios se enquadrem na regra de gastar até 60% das suas receitas correntes (disponíveis para gasto) com pagamento de pessoal.

Antes esse prazo era de 8 meses. Entre os pontos positivos, Klein cita a supervisão técnica do cumprimento dos acordos, que será feita pela Secretaria do Tesouro, o que não acontecia nas versões anteriores.

— A nova lei é baseada no Plano Mansueto (referência a Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro que criou o RRF), mas com várias alterações. Tem pontos positivos, como a possibilidade de entrada de mais entes da federação. Mas alguns prazos ficaram muito flexíveis, como o tempo de dez anos para que os estados e municípios se enquadrem na regra de gastar até 60% da receita com pessoal. O gasto com pessoal é o grande problema dos estados. E, pelo histórico de planos anteriores, que não foram cumpridos, quem garante que agora vai ser diferente? — questiona Klein.

O economista observa que a nova lei permite que mesmo estados e municípios que não estejam em situação financeira crítica possam aderir. Ele lembra os casos de Rio Grande do Norte e Amapá, que não se enquadravam na lei anterior, mas agora estão elegíveis.

Antes apenas o Rio de Janeiro (único estado a aderir), além de Rio Grande do Sul e Minas gerais estavam em situação de adesão. Enquanto o Rio acumula dívidas de R\$ 170 bilhões, o Rio Grande do Norte tem dívida de R\$ 2,8 bilhões e o Amapá, de R\$ 1,8 bilhão.

Outro ponto positivo previsto na nova lei é o impedimento de judicializar as dívidas sob pena de se extinguir o RRF.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2021

PRONAMPE: NOVOS R\$ 25 BILHÕES DEVEM ESTAR DISPONÍVEIS EM ATÉ TRÊS SEMANAS, DIZ SECRETÁRIO

Em entrevista ao GLOBO, Carlos da Costa diz que, apesar dos juros mais altos, as condições ainda serão boas para as pequenas empresas

Por Gabriel Shinohara



O secretário Carlos da Costa acredita que não será necessário fazer um novo aporte de recursos no Pronampe Foto: Valor Econômico / Agência O Globo

BRASÍLIA — A nova rodada de crédito do Pronampe, programa voltado para micro e pequenas empresas, deve estar disponível nos bancos em até três semanas, de acordo com o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. O projeto que disponibilizará até R\$ 25 bilhões foi sancionado na quarta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em entrevista ao GLOBO, o secretário explicou que o governo deve aportar R\$ 5 bilhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) na próxima semana, que vão servir como garantia para empréstimos. Já os bancos devem levar mais 15 dias para disponibilizar o dinheiro para as empresas, porque ainda estão adaptando os sistemas. Estima-se que mais R\$ 20 bilhões sejam emprestados a partir de recursos das próprias instituições financeiras.

— Acredito que os bancos vão ser mais rápidos, estão correndo até porque querem ser os primeiros a atender os clientes. A gente estimula porque sabe que os recursos precisam chegar logo para as empresas — disse o secretário.

Setor de eventos

Com o novo Pronampe, o governo vai garantir apenas 20% das perdas da carteira de crédito e não 85% como na primeira versão. De acordo com Carlos da Costa, essa mudança não deve fazer com que o crédito retraia.

— Na primeira etapa, as instituições financeiras precisavam de uma garantia muito alta, de 85%, porque elas tinham muito medo de emprestar para a pequena empresa. Com os resultados do primeiro Pronampe, os bancos perceberam que é um ótimo negócio, que o risco não é tão alto assim e que as empresas estão construindo crédito — explicou.

Um dos efeitos da diminuição na garantia foi um aumento de juros no programa. Como os bancos estão mais expostos a risco, o governo, em acordo com o Congresso, concordou em subir taxas de 1,25% ao ano mais a taxa básica de juros, a Selic, (atualmente em 3,5%) para um limite de 6% ao ano mais a Selic.

O secretário defende que, apesar do aumento, os juros continuam baixos e “muito atraentes”:

— A taxa média, hoje, para micro e pequena empresa é de 35% ao ano. Então, o Pronampe traz uma taxa superatraente, uma das menores do mundo para micro e pequenas empresas.

A nova versão do Pronampe ainda prevê uma reserva de 20% do valor da garantia para empresas do setor de eventos, que foi muito afetado pela crise causada pela Covid-19.

Pequenos: Demora na liberação de crédito aumenta inadimplência de pequenos negócios

Outra mudança é o aumento do prazo de pagamento de 36 meses para 48 meses para as empresas que participaram da primeira versão do Pronampe.

Com essas alterações e os R\$ 25 bilhões que devem ser disponibilizados, o secretário Carlos da Costa acredita que não será necessário fazer um outro aporte de recursos. No entanto, ele diz que, se houver um agravamento da crise, o governo vai estudar a possibilidade.

— Se, em virtude da crise, a demanda aumentar, aí vamos ter que fazer novos estudos para considerar o impacto fiscal disso, se o Tesouro suporta e se realmente é necessário. Mas achamos que vai ser suficiente — ressaltou.

Histórico de crédito

Segundo o secretário, o Pronampe mudou o mercado de crédito ao permitir que pequenas empresas, que talvez nunca tenham conseguido tomar empréstimos antes, construíssem um histórico.

— Ao se mostrarem boas pagadoras, elas vão poder ter acesso ao mercado do qual estavam alijadas. É um marco porque o maior problema para as micro e pequenas empresas era a falta de crédito, pois não tinham histórico — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO OBTÉM LIMINAR PARA OBRIGAR CSN A GARANTIR SEGURANÇA DE BARRAGEM EM MG

Plano emergencial de barragens foi acionado para a Mina de Fernandinho, em Nova Lima, a 39 km de Belo Horizonte; empresa afirma que barragem não apresenta risco

Por Matheus Piovesana, O Estado de S. Paulo

O governo de Minas Gerais obteve decisão liminar que obriga a CSN a tomar medidas de segurança para evitar o rompimento da barragem da Mina de Fernandinho, no município de Rio Acima, que fica na região de Nova Lima, a 39 quilômetros de Belo Horizonte. A decisão do Tribunal de Justiça de Minas determina, entre outros pontos, que a siderúrgica apresente plano para assegurar o abastecimento de água na região caso a barragem se rompa e contamine os rios da região.

De acordo com o governo de Minas, a barragem está com a declaração de condição de estabilidade negativa, em nível 2 de emergência, e teve o Plano de Ação Emergencial de Barragens de Mineração (PAEBM) acionado após o não atendimento de fatores de segurança.

A CSN terá de fazer intervenções na barragem, que tem aproximadamente 33 metros de altura e um aterro estimado em 413.675 metros cúbicos, sob pena de multa de R\$ 1 milhão por dia em caso de descumprimento. A decisão da juíza plantonista determina que a empresa terá de apresentar uma proposta de custeio e um cronograma de execução de ações necessárias para garantir o abastecimento de água na região metropolitana de Belo Horizonte caso a barragem se rompa.

O governo do Estado alega que a barragem representa um risco para o Rio das Velhas, que fica a menos de 9 quilômetros da estrutura. Segundo o governo, uma ruptura poderia interromper a captação de água pela Copasa em Bela Fama, distrito de Nova Lima. Por isso, a siderúrgica terá de apresentar um plano de ação que seria tocado sob coordenação da estatal de saneamento.



*Ponte sob o Rio das Velhas, na cidade de Rio Acima.
Foto: Tiago Queiroz/Estadão*

A CSN também deve apresentar um plano de estancamento e remoção dos rejeitos para o caso de um eventual rompimento, mapear a resiliência da área que seria atingida e adotar um plano de medidas urgentes para evitar a contaminação das fontes de água. Em paralelo, a decisão também obriga a empresa a elaborar um plano de controle contra a proliferação de doenças transmissíveis ao homem e aos animais, e outro plano com medidas emergenciais para interromper os impactos

socioambientais e socioeconômicos de eventual ruptura.

Barragem não apresenta risco, diz CSN

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) informou, em nota, que a barragem da mina de Fernandinho, em Rio Acima (MG), não apresenta risco de rompimento. De acordo com a empresa, as obras de estabilização e descomissionamento (fechamento) da barragem estão suspensas de forma temporária devido a tratativas com a Agência Nacional de Mineração (ANM).

No comunicado, a CSN afirma que a barragem está em projeto de estabilização e que conta com um nível reduzido de água em nível subterrâneo, sem presença de água superficial. A companhia estima que as obras de estabilização estarão totalmente concluídas em março de 2022.

A CSN não informou se vai recorrer da decisão judicial proferida na quinta-feira. A empresa afirma que não possui, atualmente, nenhuma barragem de rejeitos em operação. A companhia reforçou ainda ter compromisso com "100% da produção pelo método a seco e livre do uso de barragens." A CSN também não informou quais os possíveis impactos para a produção diária na região em caso de paralisação da unidade.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021

SEM ESTRUTURA PARA LEVAR GÁS NATURAL A USINAS, PAÍS ELEVA IMPORTAÇÃO DO INSUMO

No momento em que o sistema elétrico nacional passa a depender mais das usinas térmicas, por causa do baixo volume dos reservatórios das hidrelétricas, 60% da produção de gás é devolvida aos campos de extração por falta de dutos para transporte do produto

Por Fernanda Nunes, O Estado de S. Paulo

RIO - Neste período de seca nos reservatórios das hidrelétricas e de uma iminente crise hídrica causada pelo baixo volume de chuvas, o País deixa de aproveitar mais da metade de todo o gás natural que produz e que poderia estar sendo usado para gerar energia térmica. Ao mesmo tempo, aumentam a importação e o custo para trazer o produto de fora. Neste ano, as compras externas de gás natural pelo Brasil atingiram o maior patamar desde 2016 para os meses de janeiro a abril. Apenas em quatro meses, o País pagou US\$ 1 bilhão, quase o total gasto em todo o ano passado e o dobro do valor pago no mesmo período de 2020.

Essa alta nas importações deve chegar à conta de luz, já que as usinas termelétricas são as substitutas naturais das hidrelétricas em períodos de seca e vão ser acionadas para evitar a repetição do apagão de 2001.



Em vez de ser usado como insumo para a geração de energia térmica, o gás nacional está sendo injetado de volta nos campos marítimos, sobretudo nos do pré-sal. De janeiro a abril, o volume de gás nacional distribuído ao mercado já caiu 14%. Esse é o dado mais recente divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ao mesmo tempo, cresce a importação da matéria-prima, cobrada em dólar e a preço internacional.

Entre os meses de janeiro e abril, o volume de gás nacional distribuído ao mercado teve uma queda de 14% Foto: Jussara Peruzzi/Agência Petrobrás

Dos 131,4 milhões de metros cúbicos por dia de gás extraídos no País, apenas 53,5 milhões são ofertados para venda. Isso significa que 60% do total não chegam ao mercado. Essa tem sido a tônica desde que o pré-sal ganhou relevância, porque falta infraestrutura para escoar toda a produção dos campos.

O governo federal editou na quarta-feira um decreto que regulamenta a Nova Lei do Gás, sancionada em abril e que visa a modernizar o setor. A ideia é criar um mercado "aberto, dinâmico e competitivo", segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O gás natural é o principal insumo usado na geração de energia térmica, que ganhou importância neste período de crise hídrica. Em 31 de maio, essas usinas bateram recorde de geração, de 17,13 mil megawatts médios (MWmed) por usina, segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS).

A consequência direta é o aumento do preço da energia, já que esse tipo de geração é mais caro do que a hidrelétrica. Numa indicação ao consumidor de que a conta de luz vai ficar mais cara, o governo acionou, no fim de maio, a bandeira vermelha 2.

Indexador

O aumento da demanda térmica está sendo suprido, em grande parte, pelo gás importado, cobrado em dólar. A mesma lógica vale para o produto nacional, já que, no cálculo do seu preço, são utilizadas as mesmas variáveis do produto importado. Esse modelo de negócio, no entanto, começa a ser questionado por especialistas, uma vez que, nesses parâmetros, pouca diferença faz entre aumentar a produção interna ou a importação. O custo do insumo e o peso na conta de luz acabam sendo os mesmos.

Na tentativa de melhorar as condições de compra para seus clientes, a Petrobrás recentemente anunciou a possibilidade de indexar o gás fornecido por ela ao gás Henry Hub (HH), ofertado em um mercado de produtores americanos. Seria uma alternativa aos contratos indexados ao petróleo do tipo Brent, na Bolsa de Londres.

Os preços do gás Henry Hub têm sido os mais baixos do mercado internacional nos últimos 11 anos, segundo Ieda Gomes, ex-presidente no Brasil da empresa de energia BP, membro de conselhos de administração de empresas do setor e especialista no tema. Durante o evento virtual Gas Week, promovido pela agência especializada EPBR no fim de maio, ela apresentou dados sobre os dois indexadores. Em 12 meses até maio deste ano, o HH subiu 71%, enquanto o petróleo do tipo Brent variou 105%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021

ALAVANCA DO PIB, AGRONEGÓCIO VIVE 'BOOM' DE INVESTIMENTOS E ESPALHA RIQUEZA PELO INTERIOR DO PAÍS

Setor cresceu 5,7% no primeiro trimestre, contra um avanço geral de 1,2% do PIB; cálculos de banco internacional apontam avanço de 20% nos investimentos do setor

Por Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo

Os polos do agronegócio do País vivem hoje uma forte aceleração de investimentos privados. Os recursos estão sendo aplicados em toda a cadeia de produção: da expansão da área plantada no campo, melhorias na tecnologia de cultivo, à construção de novas fábricas de processamento de matérias-primas, de equipamentos agrícolas e em avanços na logística e na infraestrutura para escoar os produtos.

O dinheiro novo que chega a pequenos municípios do interior do País espalha a riqueza gerada pela alta de cerca de 60% dos preços em dólar das commodities agropecuárias no mercado internacional durante o último ano. E essa receita foi turbinada pela safra recorde de grãos.

O bom momento do agronegócio já apareceu no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre deste ano, que avançou 1,2% ante o último trimestre de 2020. O desempenho surpreendeu e boa parte dele foi sustentado pelo crescimento de 5,7% do PIB da agropecuária. Mesmo com a pandemia, o setor continuou a todo vapor nas exportações de grãos e carnes e também nos investimentos.

Não existem dados consolidados sobre os investimentos totais privados na cadeia do agronegócio, mas há indicações de que um forte movimento de expansão está em curso. Levantamento da assessoria econômica do Bradesco, por exemplo, com base em informações públicas de grandes empresas do setor, revela que, em 12 meses até abril, 27 novos empreendimentos foram anunciados. Eles estão voltados basicamente para a cadeia de processamento de carnes e grãos e somam mais de R\$ 7 bilhões. Por dois meses seguidos, o total de aportes anunciados em 12 meses cresceu a uma taxa superior a 20%. Priscila Trigo, economista responsável pelo estudo, pondera que os dados retratam apenas uma parte do movimento porque o produtor rural normalmente não divulga investimentos.

Mas o Rabobank, banco holandês que no Brasil atua só no agronegócio, capta a parte oculta desse movimento. Neste ano, o banco já registra crescimento de 20% em relação a 2020 no número de propostas dos clientes em busca de recursos para investimentos. “Percebemos um apetite maior para investimento por parte de cooperativas, grandes produtores rurais e cadeias de processamento”, conta a diretora executiva, Fabiana Alves. Foi o maior avanço dos últimos três anos na demanda por recursos para investimento registrado pelo banco, especialmente os destinados a produção de grãos e de proteína animal.



Bom momento do agronegócio já apareceu no resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano. Foto: Eduardo Monteiro/Divulgação

Enquanto em 2015 houve uma tempestade perfeita, com seca, câmbio e preços das commodities desfavoráveis e redução do crédito, hoje o momento é exatamente o oposto, diz Fabiana. O setor vem de duas safras com clima favorável, preços das commodities em alta, câmbio desvalorizado – que impulsiona as exportações – e há oferta de crédito com juros baixos. Em alguns momentos, o crédito privado está até mais barato do que o crédito oficial,

observa o economista André Pessoa, presidente da consultoria Agroconsult. Ele ressalta que esse é um fator importante que, somado a outros, turbinou o investimento neste momento.

O pano de fundo desse cenário, no entanto, é a grande competitividade do agronegócio acumulada ao longo dos últimos anos. O setor ganha impulso adicional no momento por causa dos baixos estoques mundiais frente à demanda crescente por alimentos, especialmente grãos, explica Pessoa. Além disso, a necessidade de reaquecer as economias em razão da pandemia fez os bancos centrais injetarem um grande volume de dinheiro. Essa enorme liquidez global provocou o enfraquecimento do dólar. E a avalanche de recursos extras foi direcionada para a compra de ativos reais, entre os quais estão as commodities agropecuárias.

Boom

A consequência é uma pressão ainda maior sobre os preços em dólar das matérias primas agropecuárias e uma rentabilidade extraordinária em reais para o setor. Como o agronegócio brasileiro está bem posicionado em termos de rentabilidade, competitividade, eficiência comercial e logística, argumenta o economista, os empresários querem aproveitar o bom momento para crescer. E o investimento em aumento da capacidade de produção, tanto da terra como em fábricas de processamento, é caminho obrigatório. “Os produtores estão com o pé embaixo no investimento. É um boom”, afirma Pessoa.

Só no campo, a estimativa do consultor é que a área plantada com grãos na safra 2021/2022 seja ampliada em 3 milhões de hectares. Serão 1,6 milhão de hectares a mais de soja, 1 milhão de hectares de milho safrinha e 300 mil hectares adicionais plantados com algodão.

Isso sinaliza que a indústria terá que atender uma demanda maior por máquinas, fertilizantes, silos, defensivos, implementos, caminhões, fábricas para processamento a fim de suportar esse crescimento, exemplifica o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados e ex-secretário de Política Econômica. “Esse crescimento exige também mais materiais de construção, porque uma parte disso vira obra civil”, observa.

Segundo Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, há um espalhamento da renda em dólares proporcionada pelo ciclo global das commodities para várias cidades do Brasil. “O investimento no setor acaba multiplicando esses recursos e gerando mais renda e emprego no interior”, afirma.

Estudo recente feito pela economista Priscila Trigo, do Bradesco, mostra que os municípios nos quais a agricultura e a pecuária pesam na economia local o dobro da média nacional acabaram gerando em abril deste ano um volume de emprego formal duas vezes maior do que as demais cidades na comparação com o mesmo mês de 2020. “E as vagas formais abertas não foram necessariamente no setor agrícola, mas no comércio e na construção civil, principalmente”, frisa a economista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021

BOLSA RENOVA MÁXIMA DE FECHAMENTO PELA QUINTA SESSÃO SEGUIDA, A MAIS DE 130 MIL PONTOS

Em semana de renovações recordes, o principal índice da B3 acumula ganho de 3,64% no período; já o dólar à vista fechou em baixa de 0,95%, cotado a R\$ 5,0356.

Por Redação, O Estado de S.Paulo

A Bolsa renovou a máxima de fechamento pela quinta sessão seguida nesta sexta-feira, 4. O Ibovespa terminou o dia em alta de 0,40%, a 130.125,78 pontos. Em semana de renovações recordes, o principal índice da B3 acumula ganho de 3,64% no período.

Já o dólar à vista fechou em baixa de 0,95%, cotado a R\$ 5,0356.

Acompanhando melhora em Nova York, com o S&P 500 perto então de novo recorde, o Ibovespa se firmou em alta para buscar o sétimo ganho seguido - e o quinto de renovação de recorde tanto no intradia como no fechamento, após ter se firmado a 124 mil no fechamento de 27 de maio. O índice emendou o terceiro ganho semanal consecutivo, de 3,64%, vindo de altas de 2,42% e de 0,58% nas duas semanas anteriores. Neste começo de junho, acumula em três sessões ganho de 3,10%, com avanço de 9,33% no ano.

Na ponta do Ibovespa nesta última sessão da semana, destaque para CVC (+7,41%), à frente de Braskem (+5,35%) e Iguatemi (+5,02%). No lado oposto, Gerdau Metalúrgica cedeu 3,20%, Embraer, 3,14%, e Gerdau PN (2,79%).

O câmbio comportado e o Ibovespa em renovação de máximas consecutivas refletem perspectiva melhor para a economia doméstica, que começa a se ajustar ao que se tem visto no exterior, especialmente nos Estados Unidos e na China: retomada econômica que se acentua à medida que a imunização avança.

"Com a moeda americana tendo menos pressão sobre o real, certamente a gente vai ter impacto (benéfico) na inflação, principalmente nos IGPs, que são bastante atrelados ao câmbio - o que deve ajudar de alguma forma a cadeia de insumos, de bens importados, que vinham pressionando bastante. Contudo, a gente precisa ter uma trajetória de queda do câmbio mais sólida, mais persistente, para que efetivamente tenha resultado consistente na inflação", diz Simone Pasianotto economista-chefe da Reag Investimentos.

Em Nova York, a sessão foi positiva, especialmente para o setor de tecnologia (Nasdaq +1,47%), com os mercados do Hemisfério Norte reagindo bem à leitura abaixo do esperado sobre a geração de empregos nos EUA em maio, que contribuiu para aliviar parte dos receios quanto ao avanço da inflação e a eventual redução de estímulos monetários pelo Federal Reserve.

O mercado de trabalho dos Estados Unidos gerou 559 mil empregos em maio, abaixo da mediana de 700 mil vagas do Projeções Broadcast. A taxa de desemprego americana caiu, de 6,1% em abril para 5,8% em maio. A projeção era de queda da taxa a 5,9% no último mês.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021

'AO CONTRÁRIO DO SETOR URBANO, AGRONEGÓCIO NUNCA PAROU DE CRESCER', DIZ ECONOMISTA

José Roberto Mendonça de Barros afirma que agro tem 'efeito multiplicador', mas não pode segurar sozinho a recuperação do PIB

Por Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo

Uma das razões pelas quais as projeções de crescimento da economia para este ano estão sendo ampliadas é o bom desempenho do agronegócio, que tem atraído grande volume de investimentos, segundo avaliação do economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados. "O agronegócio tem efeito multiplicador, mas sozinho não destrava a economia", alerta o economista, lembrando que a geração de emprego no próprio setor é pequena.



O economista José Roberto Mendonça de Barros. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

O que explica o grande investimento na cadeia do agronegócio?

Ao contrário do setor urbano, o agronegócio nunca parou de crescer. O simples fato de crescer já exige mais instalações, equipamentos etc. Na safra 2015/2016, foram plantados 58 milhões de hectares e colhidos 186 milhões de toneladas de grãos. Na safra 2020/21, a estimativa é de uma produção de 186 milhões de toneladas de grãos. São 85 milhões de toneladas a mais em 10 milhões de hectares adicionais. Plantar 10 milhões de hectares a mais requer mais tratores, equipamentos, fertilizantes, defensivos, por exemplo. Por outro lado, há necessidade de mais silos, armazéns, transporte, fábricas para processar os grãos.

O senhor acha que o boom de preços das commodities está acelerando os investimentos no agronegócio?

Em princípio, parece que sim. O Brasil não para de crescer nisso. Há a ameaça da questão ambiental, uma ameaça seriíssima, que o governo não leva a sério como deveria. Mas, em tese, a demanda por produtos brasileiros continua crescendo, porque a procura internacional está muito forte nesse pós-pandemia. Papel e celulose são exemplos. Esses, basicamente destinados à exportação.

Esses investimentos no agronegócio têm efeito multiplicador na economia ou a pandemia pode abafar esse movimento?

Tem efeito multiplicador. Grosseiramente, admite-se que o agronegócio direta e indiretamente represente entre 25% e 30% do PIB (Produto Interno Bruto). O agronegócio não carrega o PIB todo. Mas o desempenho do agronegócio é uma das razões pelas quais as projeções de PIB para este ano estão melhorando. Disso eu não tenho dúvida. A indústria está mais forte e isso tem a ver com a demanda ligada ao agronegócio.

Mas o desemprego continua elevado...

Sozinho o agronegócio não destrava a economia. A questão é que o agro não é grande gerador de emprego, muito pouco. Até porque a produtividade e a digitalização estão muito aceleradas no setor. Isso faz com que o emprego cresça relativamente de forma mais modesta. A situação do emprego não avança sem a ajuda da construção civil.

O senhor acredita que esse boom de preços de commodities se sustente ou será passageiro?

Difícil falar de futuro e hoje, mais ainda. O que nós da MB achamos é que, ao menos por mais dois anos, será sustentável. Isso porque tem muito dinheiro rodando pelo mundo e a demanda por alimentos, metais, materiais de construção, é crescente. Os estoques de alimentos estão muito baixos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021

‘PAÍS QUE DEMORAR NO 5G VAI PERDER COMPETITIVIDADE’, DIZ EXECUTIVO-CHEFE DA NOKIA NO BRASIL

Conhecida pelos celulares ‘indestrutíveis’ dos anos 2000, companhia agora disputa setor de infraestrutura com chinesa Huawei

Por Circe Bonatelli, O Estado de S. Paulo

Entrevista com

Ailton Santos, executivo-chefe da Nokia no País

Muito lembrada pelos celulares "tijolões e indestrutíveis" da década de 2000, a finlandesa Nokia, que vendeu sua divisão de smartphones e hoje recebe apenas os royalties pela cessão da marca, está agora concentrada na implementação do 5G ao redor do mundo e, em breve, também no Brasil. O fornecimento de redes e antenas para o 5G é o principal negócio da Nokia. Com 165 contratos já fechados, ela disputa a liderança global do mercado de equipamentos com a sueca Ericsson, que tem 139, e a chinesa Huawei, com 92 – no caso da Huawei, o dado é do fim de 2019, pois a empresa deixou de atualizar o número depois que sofreu restrições em diversos países, como Estados Unidos e Reino Unido.

Em paralelo à corrida com as rivais, a Nokia tem o desafio interno de aumentar a eficiência. Em março, a matriz determinou que suas filiais cortem entre 5 mil e 10 mil postos de trabalho até 2023, visando a uma economia de até 700 milhões de euros. A medida dura foi a forma que a fabricante encontrou para compensar o aumento dos investimentos com pesquisa em infraestrutura digital e tecnologia da informação.

Por aqui, a determinação terá pouco impacto, pois as operações já são enxutas, afirma o executivo-chefe da empresa no Brasil, Ailton Santos. A Nokia tem escritórios em São Paulo, Rio e Curitiba, além de hubs em Sorocaba e Barueri (SP) para produção e distribuição de equipamentos. Ao todo, emprega 3 mil pessoas direta e indiretamente. "A Nokia está se posicionando cada vez mais forte e mais sólida aqui no Brasil", frisou o executivo, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

O executivo projeta um acréscimo de US\$ 1,5 trilhão à economia brasileira nos próximos 15 anos a partir da implementação do 5G. Embora ainda não haja uma data para o leilão da nova tecnologia, o País continua dentro de um prazo sadio para ativar o 5G, na sua avaliação. Entretanto, não pode descumprir os prazos previstos pelo edital da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sob o risco de perder negócios. "Os países que demoram muito a adotar o 5G começam a perder competitividade interna e externa", ressalta.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

A Nokia anunciou em março uma reestruturação global. Quais serão os impactos para o Brasil?



A reestruturação é positiva para a Nokia como um todo, incluindo o Brasil no que diz respeito à estratégia de negócios. Não vejo como uma simples redução de pessoas, mas sim como uma reorganização para sermos mais eficientes e atender melhor tanto os clientes quanto os acionistas. No Brasil, o impacto é mínimo, pois já vínhamos fazendo o trabalho de forma enxuta.

Ailton Santos, executivo-chefe da Nokia no País. Foto: Nokia

A Nokia tem planos de deixar o Brasil?



Não. Pelo contrário: a Nokia está se posicionando cada vez mais forte e mais sólida aqui no Brasil.

Quantos contratos de 5G a Nokia tem?

Temos por volta de 165 contratos globais. Fornecemos para as maiores operadoras do mundo. Atendemos às quatro maiores nos Estados Unidos, às três maiores da Coreia do Sul e do Japão, acabamos de ganhar um contrato na Suécia. Somos os líderes mundiais em patentes essenciais no 5G, com mais de 3.500 registros.

Há contratos fechados no Brasil?

No Brasil não temos contratos de 5G, até porque ainda não tivemos o leilão. Mas estamos na América Latina, como Antel Uruguay, Star Aruba, CNT Ecuador e Telecom Argentina.

Qual será o 'efeito 5G' para a economia?

Em um estudo da Nokia com a Omdia sobre o impacto do 5G no Brasil nos próximos 15 anos, a conclusão é que veremos um ganho de produtividade de US\$ 1,5 trilhão. Isso equivale a 1% (de ganho) no PIB brasileiro por ano daqui para frente.

Tem um exemplo de como veremos esse bolo crescer?

Imagine uma fazenda que consegue ter precisão em todas as mediações dos seus insumos e processos. Com 5G, ela será super produtiva no uso de sementes, fertilizantes, água etc. Depois, a produção entrará em veículos para transporte até galpões de armazenamento. Esses ganhos de produtividade vão se somando até o consumo pelas pessoas físicas. O efeito disso sobre toda a cadeia produtiva fará com que países que demorem muito a adotar o 5G comecem a perder competitividade interna e externa. Isso porque o desenvolvimento das aplicações para melhorar a produtividade só será possível a partir da disponibilidade da infraestrutura. Portanto, o tempo é fundamental.

Tendo isso em vista, o senhor diria que o Brasil está atrasado na realização do leilão do 5G?

Não acho que estamos atrasados. Comparativamente com outros países, ainda estamos em um timing bom. Desde que a gente consiga cumprir minimamente os prazos previstos no leilão na implementação da infraestrutura.

Com qual expectativa de prazos vocês trabalham para a realização do leilão do 5G?

Esses prazos são variáveis que não controlamos. Para não ficarmos parados, estamos desenvolvendo parcerias para testes de uso do 5G. Temos laboratórios em São Paulo e Curitiba, parcerias com universidades, centros de pesquisa e Sebrae, entre outros. Nós estamos formando pessoal e desenvolvendo aplicações. A ideia é ganhar tempo.

Que tipos de experimentos em 5G a Nokia tem feito?

Fizemos uma demonstração recente para o governo federal e para o Congresso, em Brasília, com foco na telemedicina. Acreditamos que este será um dos primeiros setores a adotar o 5G. Montamos um mini hospital com robôs fazendo entrega de remédios e descarte de lixo tóxico, mostramos a possibilidade de telemetria real de UTI, uso de holograma para cirurgia a distância ou treinamento de estudantes.

O sr. considera acertada a exigência da Anatel de que as redes adotem o 5G no padrão standalone, isto é, uma rede inteiramente de nova geração?

Acho que, independente de regulação, essa é uma questão que faz sentido. Como o standalone oferece menor latência, ela atende um novo segmento de indústrias que não poderiam ser endereçadas de outra forma (pois precisam de respostas rápidas, como carros autônomos ou cirurgias por robôs). Para o consumidor final, não é tão importante, a não ser em casos como o setor de games. Mas, para certos tipos de indústria, é fundamental.

Como o senhor avalia a restrição a fornecedores, como no caso da Huawei nos Estados Unidos?

Muitos países, ao discutir o 5G, não tocam apenas no contexto dos equipamentos, mas pensam também em mecanismos de accountability (responsabilização). Nós, por exemplo, somos uma

empresa listada na bolsa, o que permite responsabilização na questão societária. Temos sede em país democrático, com Poderes livres, que também são instrumentos de responsabilização. Existe todo um contexto para segurança. Isso não é uma narrativa encurtada do tipo: "Essa fabricante nunca teve um caso provado de vulnerabilidade". Mas é preciso lembrar que as organizações cibercriminosas não são barulhentas. Eles entram, obtêm o benefício desejado e saem silenciosamente. Por isso, acho a discussão hoje um pouco limitada e que não leva em consideração um aspecto técnico e econômico.

Parece uma maneira delicada de o senhor defender a Nokia em comparação com a Huawei, que não tem um controlador definido e tem sede na China.

Eu não defendo a Nokia em comparação com as rivais. O que posso dizer é aquilo que nós temos de fato e podemos oferecer. A decisão de cada Estado e a comparação são livres.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

NEM 20% TÊM INFRAESTRUTURA PARA HOME OFFICE



Hollanda Filho: "Infraestrutura mínima não considera 'luxos', como possuir escritório ou espaço organizado para trabalhar"
— Foto: Leo Pinheiro/Valor

Apenas 25,5% dos trabalhadores brasileiros desempenham funções que podem ser realizadas em home office, modalidade que ganhou os holofotes em meio à pandemia de covid-19 e a necessidade de distanciamento social. O percentual cai para 17,8% dentro desse grupo se considerados só aqueles que declaram ter condições mínimas de infraestrutura para cumprir as atividades de forma remota, como possuir computador e acesso à eletricidade e internet. As conclusões são de estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) apresentado ao Valor.

O baixo potencial para o home office é um desafio para o Brasil, num cenário em que o trabalho remoto tende a ganhar espaço como resultado de transformações provocadas ou aceleradas pela pandemia, apontam os pesquisadores do FGV Ibre. Há o risco de ampliação das desigualdades já existentes, uma vez que o teletrabalho é possível especialmente para trabalhadores de maior escolaridade e renda.

Além disso, o Brasil pode ficar ainda mais atrás em produtividade, porque outros países têm possibilidade maior de adotar o home office. Outro ponto é que eventuais incertezas jurídicas possam atrasar a adoção em larga escala do trabalho remoto.

A penetração do teletrabalho no Brasil é inferior à de países desenvolvidos, como Reino Unido, Estados Unidos e Dinamarca, onde o potencial gira em torno de 40% das atividades econômicas. Para chegar ao indicador, foram excluídas atividades predominantemente presenciais, como as de manutenção, as que lidam com o público ou envolvem atividade física. As informações foram

extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A abertura dos dados evidencia a forte desigualdade regional, de instrução, raça e renda no acesso ao home office. Na região Sudeste, 28% dos trabalhadores poderiam trabalhar de casa, fatia que recua para 20,8% quando excluídos aqueles sem a infraestrutura domiciliar necessária. Em igual análise, os percentuais da região Norte são, respectivamente, 21,2% e 10,3%.

Não foram exploradas no levantamento as possíveis correlações da baixa capacidade de home office com a gravidade da crise sanitária.

Entre os que terminaram o ensino superior, o potencial de teletrabalho chega a 62,4% dos trabalhadores, ou 52,9% pelo filtro da infraestrutura. Para quem terminou o ensino médio, mas não concluiu um curso superior, os percentuais são de 23,7% e 14,8%.

Os trabalhadores menos escolarizados são os mais desfavorecidos no quesito: 6,5% entre os que possuem fundamental incompleto podem realizar o trabalho a distância, mas só 1,5% possui a infraestrutura para tanto.

“A infraestrutura mínima não considera ‘luxos’, como possuir um escritório em casa ou espaço organizado para trabalhar. É apenas energia, internet e computador. Quando fazemos o ajuste por isso, temos uma ideia da real dimensão do potencial de home office no país”, afirma Fernando Barbosa de Holanda Filho, pesquisador do FGV Ibre e um dos autores do estudo.

Na análise por gênero, 32,7% das atividades desempenhadas por mulheres poderiam ser feitas a distância, mais do que os homens (20%). Isso porque a população feminina tem forte atuação sobretudo em carreiras da educação, que mantiveram ao menos algum nível de trabalho remoto durante o último ano, a despeito das limitações pedagógicas e de acesso à tecnologia.

Mas a possibilidade maior de home office não impediu que as mulheres fossem mais penalizadas no mercado de trabalho na pandemia: de 2019 a 2020, a população ocupada e que poderia trabalhar de casa caiu 3,4% entre as mulheres, mais do que o recuo de 1,9% entre homens.

Já para o grupo excluído do home office houve retração de 11,5% na ocupação de mulheres, contra 8,3% dos homens. “Além da falta de demanda na crise, houve também choque de oferta pelo fato de a mulher ter de fazer a escolha, seja por norma social, seja por barganha familiar, de sair do mercado de trabalho e ir para a economia do cuidado”, afirma Laisa Rachter, pesquisadora do FGV Ibre.

O Brasil fez uso ainda mais baixo do que o potencial de home office, mostra outro levantamento realizado a partir de dados da Pnad Covid. De 23,8% de trabalhadores elegíveis à modalidade por esse recorte, o resultado efetivo foi de 8,7% em novembro do ano passado, o dado mais recente disponível. O maior índice foi atingido há um ano, quando o país chegou a 10,4% de trabalho remoto.

“Países desenvolvidos tiveram nível de trabalho efetivo em casa maior do que o potencial. O Brasil tinha potencial baixo e o efetivo foi menor ainda, o que exacerba as desigualdades entre os países”, afirma Fernando Veloso, pesquisador do FGV Ibre.

Ele avalia que o risco desse quadro é o de ampliar a diferença de competitividade entre as nações. “O problema é que o diferencial de produtividade já era enorme entre ricos e pobres e deve aumentar a partir de agora”, explica.

A expansão das atividades remotas poderia ser um canal para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do país, mas as perspectivas atuais são desalentadoras, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre. “Temos problemas educacionais e estamos muito distantes da fronteira tecnológica e de oferta de infraestrutura em geral.”

A pesquisadora recorda que a desigualdade na adoção do home office também está expressa na recuperação heterogênea dos setores. “Os serviços de tecnologia estão 20% acima do padrão pré-pandemia, enquanto os serviços prestados às famílias estão 40% abaixo”, afirma Silvia.

A comparação com outros países também ganha importância para as carreiras com maior nível de internacionalização, como as de tecnologia da informação. “O mercado em algumas carreiras vai virar global. No caso brasileiro, a legislação trabalhista pode ser um problema para atrair talentos, em como o trabalho remoto vai ser tratado”, destaca Barbosa, acrescentando que reduzir a incerteza jurídica será fundamental para a adoção do home office em maior escala.

Para os mais qualificados, a boa notícia é que a perspectiva salarial é vantajosa. “Uma firma brasileira vai ter de disputar com uma do Reino Unido, que paga em libra para o trabalhador consumir em real”, diz Barbosa.

Mas essa realidade vale somente para um topo muito restrito da cadeia produtiva no Brasil. A renda média dos que estão aptos ao home office e têm infraestrutura é de R\$ 4.266, mais que o dobro do que recebem aqueles que não podem trabalhar de casa (R\$ 1.674) ou poderiam, mas não possuem infraestrutura (R\$ 1.791). Por outras perspectivas, as conclusões são as mesmas: 23,6% dos trabalhadores formais atendem aos dois critérios para o teletrabalho, ante 10,2% dos informais; ou 24,5% dos brancos e amarelos e apenas 12,2% dos pretos e pardos.

O possível avanço do teletrabalho vai aumentar o fosso entre os trabalhadores qualificados e não qualificados, opina Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre. “Os talentos chegam para competir em nível global, o que eleva a competição para toda a massa de trabalhadores. Os trabalhadores terão mais barreiras e o custo de entrada no mercado de trabalho será ainda maior”, afirma o pesquisador.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2021

MOURA DUBEUX LANÇA EMPREENDIMENTO NO RECIFE COM VALOR GERAL DE VENDAS DE R\$ 56 MI

Empreendimento será executado sob o regime de condomínio, focado no público de média renda
Por Allan Ravagnani, Valor — São Paulo

A Moura Dubeux lançou o empreendimento Moinho Recife, localizado na Ilha do Recife, próximo ao Porto Digital, com valor geral de vendas (VGV) líquido de R\$ 56 milhões e 253 unidades. O VGV bruto soma R\$ 74 milhões.

O empreendimento será executado sob o regime de condomínio, focado no público de média renda, com apartamentos studios de 19 a 68 metros quadrados, 1 e 2 dormitórios.

Este é o quinto lançamento da empresa em 2021 e o terceiro que atingiu 100% de unidades comercializadas nos primeiros dias de negociação. Com isso a companhia totalizou R\$ 283 milhões de VGV líquido e R\$ 345 milhões de VGV bruto no acumulado do ano.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2021

MINÉRIO DE FERRO CAI MAIS DE 1% NO PORTO DE QINGDAO APÓS 5 ALTAS SEGUIDAS

Incertezas quanto à implementação de políticas na China para controlar o avanço das cotações das commodities tiveram influência nos negócios

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Os preços do minério de ferro interromperam a sequência de cinco altas consecutivas no mercado à vista, iniciada na semana passada, e recuaram nesta sexta-feira frente às incertezas quanto à

implementação de políticas na China para controlar o avanço das cotações das commodities e reduzir a emissão de poluentes no país.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com 62% de teor e de ferro encerrou o dia a US\$ 207,35 por tonelada no porto chinês de Qingdao, com baixa de 1,7%.

No mês, a principal matéria-prima do aço exhibe, agora, ganho acumulado de 4,3%. Em 2021, a valorização é de 29,2%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2021

G-7 DESTINA MAIS AJUDA PARA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS DO QUE PARA ENERGIA VERDE

Apenas um em cada US\$ 10 usados na resposta à crise causada pela covid-19 beneficiou as chamadas energias limpas ou medidas para melhorar a eficiência energética nos países do grupo

Por Valor — São Paulo

Apenas um em cada US\$ 10 usados na resposta à crise causada pela covid-19 beneficiou as chamadas energias limpas ou medidas para melhorar a eficiência energética nos países do grupo

Os países do G-7 destinaram mais recursos ao setor de combustíveis fósseis do que para a energia limpa em seus planos para conter a crise causada pela pandemia, apesar das promessas de promover uma recuperação verde após a devastação econômica gerada pela covid-19.

Um novo estudo divulgado nesta quarta-feira mostra que as principais economias globais usaram US\$ 189 bilhões para apoiar os setores de petróleo, carvão e gás entre janeiro de 2020 e março deste ano. Em comparação, os países gastaram US\$ 147 bilhões em energias verdes.

A maior parte do dinheiro foi repassado “sem amarras”, ou seja, sem nenhuma exigência que as empresas que receberam a ajuda reduzissem sua pegada de carbono, de acordo com a pesquisa realizada em parceria pela Tearfund, pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) e pelo Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI).

Apenas um em cada US\$ 10 usados na resposta à crise causada pela covid-19 beneficiou as chamadas energias limpas ou medidas para melhorar a eficiência energética nos países do G-7.

Lucile Dufour, conselheira de políticas do IISD, afirmou que os investimentos em energia renovável e em eficiência energética devem ser uma prioridade do G-7 no trabalho de descarbonizar suas economias. “Mas [essas políticas] não terão retorno enquanto os países do G-7 continuarem a apoiar a indústria de combustíveis fósseis”, disse ela, pedindo que os países do grupo deixem de apoiar novos projetos no setor.

Em maio, o G-7 anunciou um acordo para encerrar o apoio financeiro para a construção de usinas termoelétricas a carvão e para a produção de carvão no exterior. Os países também reafirmaram o compromisso de limitar o aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, uma das metas do Acordo de Paris, e se comprometeram a eliminar o carvão de seus setores de energia na década de 2030.

Os líderes do G-7 se reunirão na próxima semana no Reino Unido. Anfitrião do evento, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, disse que quer que o grupo adote ações para que a reconstrução econômica global seja mais verde após a pandemia. Além dos países do grupo, foram convidados para o evento África do Sul, Austrália, Índia e Coreia do Sul.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DO HIDROGÊNIO SERÃO LANÇADAS EM 60 DIAS

A informação é do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque

Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, confirmou que o governo irá lançar, em 60 dias, as diretrizes para o Plano Nacional do Hidrogênio. A declaração do ministro ocorreu em seu discurso na 12ª Reunião Ministerial de Energia Limpa (CEM), que contou com a participação de 29 países e a Comissão Europeia.

“Em 60 dias, vamos apresentar as diretrizes para o nosso Plano Nacional de Hidrogênio”, disse o ministro em videoconferência com os demais ministros, nessa quinta-feira (3).

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) já havia aprovado a elaboração das diretrizes do PNH no final do mês de abril. As novas normas, segundo o Ministério de Minas e Energia, vão balizar o desenvolvimento da infraestrutura de produção de hidrogênio, seu armazenamento, transporte e distribuição.

As diretrizes deverão ainda nortear como o hidrogênio será inserido na matriz de consumo em setores-chaves, como transportes, siderurgia e fertilizantes.

De acordo com o ministério, o PNH permitirá que o país reduza suas emissões de gases de efeito estufa, já que o insumo carrega alta densidade energética, possui versatilidade de uso, não emite CO₂, e pode funcionar como armazenamento de energia.

Edição: Aécio Amado

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 04/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ENTIDADES SE MOBILIZAM PARA AMPLIAR CATEGORIAS PRIORITÁRIAS DE VACINAÇÃO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04 Junho 2021



Arquivo/Divulgação Praticagem do Brasil

Aquaviários, práticos, agentes marítimos e demais profissionais que vão a bordo alertam para importância de serem incluídos no plano de imunização. Por enquanto, somente portuários estão garantidos entre prioridades. Ministério da Infraestrutura diz que acompanha demandas junto ao Ministério da Saúde.

Associações de diferentes categorias da cadeia logística aquaviária, em diversas frentes, alertam o governo sobre a necessidade de prioridade de vacinação para seus grupos de profissionais. Hoje, textualmente,

somente os trabalhadores portuários estão com a prioridade garantida. No entanto, há entidades defendendo a inclusão de profissionais que atuam em CLIAS, práticos, agentes marítimos, fornecedores de bordo, bem como aquaviários e outras funções. Um dos movimentos reúne as associações: ABTP (terminais portuários), ATP (terminais de uso privado — TUPs), ABTRA (terminais e recintos alfandegados), Fenop (operadores portuários), ABTL (terminais de líquidos) e Abratec (terminais de contêineres).

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) também tem alertado os ministérios da Infraestrutura e da Saúde para que os aquaviários sejam priorizados nessa vacinação. O diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, demonstrou preocupação porque os aquaviários ainda não foram confirmados entre as prioridades no plano nacional. Ele lembrou que o documento inicial incluía os aquaviários entre os grupos prioritários, assim como portuários e profissionais dos setores rodoviário e aeroportuário. Ele ressaltou que a associação é a favor que as demais categorias e toda a população sejam vacinados o mais rápido possível.

Resano acrescentou que as empresas brasileiras de navegação (EBNs), desde o início da pandemia, cumprem restrições rigorosas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele explicou que os marítimos são bastante sacrificados, na medida em que precisam ficar em quarentena antes do embarque e, em casos de contaminação, a tripulação a bordo precisa ficar isolada.

Um navio em quarentena fica 14 dias sem poder viajar ou precisa trocar a tripulação inteira, o que onera as empresas. O diretor-executivo da Abac ponderou que, durante a pandemia, as empresas não questionaram ou contabilizaram os procedimentos de isolamento e prevenção por entenderem a importância da mão de obra para a atividade. “As empresas não mediram esforços nesse período para preservar seu pessoal”, afirmou.

A estimativa no setor é que aproximadamente 50 mil doses seriam suficientes para vacinar todos os aquaviários, incluindo cabotagem e apoio marítimo. Resano considera os aquaviários um grupo relativamente pequeno entre as demais prioridades a serem vacinadas. Ele citou o caso recente da variante que chegou por meio marítimo no Maranhão. “O governo não percebeu que, para o aquaviário, esse ainda é um problema muito sério”, salientou.

Resano disse que as empresas de navegação estão prontas para se adaptar às recomendações de vacinação, onde quer que elas ocorram — seja no navio, seja antes do embarque. No caso da vacinação ocorrer a bordo, ele acredita que o procedimento poderia ser concluído em poucos minutos. “Conseguimos atender qualquer regra que o governo decidir”, frisou o diretor da Abac.

Apesar de o Ministério da Saúde ainda não ter incluído os práticos nos grupos prioritários, os principais portos do país têm se sensibilizado e contemplado a praticagem no lote de vacinas que receberam da pasta. Até o momento, houve registros de práticos vacinados nos portos de Paranaguá (PR), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), e Suape (PE). A Companhia Docas do Ceará encaminhou a listagem da praticagem para a Secretaria de Saúde do município. Até o fechamento da reportagem, os práticos que atuam no Ceará ainda não haviam começado a ser vacinados.

O entendimento entre os agentes do setor é que na dinâmica dessa atividade não faz sentido vacinar apenas os portuários, que são uma parte do grupo e deixar de fora, por exemplo, práticos, aquaviários e agentes que vão a bordo. Sem o detalhamento das categorias a serem vacinadas, há relatos de pessoas que foram vacinadas apresentando documentos de atividades que não estão entre as categorias prioritárias. A avaliação é que é necessário vacinar toda essa cadeia logística, já que a atividade portuária envolve riscos altos de contágio por reunir profissionais de diferentes países, o que faz do porto uma fronteira sanitária. A expectativa dos aquaviários e dos demais grupos é que a próxima atualização do programa de vacinação traga essas funções na lista de prioridades.

Procurado pela Portos e Navios, o Ministério da Infraestrutura informou que mantém o acompanhamento dos pedidos de vacinação feitos pelas categorias. “A pasta recebeu as demandas

e conversa com o Ministério da Saúde sobre a possibilidade de inclusão dos outros profissionais no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19 (PNO). Até o momento, o que foi aprovado pelo Ministério da Saúde é a vacinação de portuários”, comunicou a pasta em nota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/06/2021

QUE PAÍS É ESSE?

Por Bianca Alves de Mesquita OPINIÃO 04 Junho 2021



Ao completar 49 anos de criação do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no dia 5 junho, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o período entre os anos de 2021 - 2030 como sendo a “Década da ONU da Restauração de Ecossistemas”.

Ao instituir um novo foco para os próximos dez anos, a ONU desenvolve a demanda e a oportunidade única para a criação de empregos, segurança alimentar, enfrentamento da mudança do clima, conservação da biodiversidade e fornecimento de água.

Duas agências da ONU lideram a implementação da Década, a ONU Meio Ambiente e a ONU - FAO que é a agência especializada do Sistema ONU que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

A Restauração de Ecossistemas é considerada vital para reduzir ou reverter os impactos causados pelo ser humano ao meio ambiente. Segundo a ONU, a degradação dos ambientes terrestres e marinhos já compromete o bem-estar de 3,2 bilhões de pessoas e custa cerca de 10% da renda global anual em perda de espécies e serviços ecossistêmicos.

Com o objetivo de gerar diversos benefícios, a restauração do ecossistema tem como foco a mitigação das mudanças climáticas, da conservação da biodiversidade que, inclusive, apresenta uma importância também econômica. Além da provisão de serviços ecossistêmicos e a melhoria da qualidade de vida do homem.

O objetivo principal da data é de conscientizar as populações ao redor do mundo a respeito da importância de proteger os recursos naturais. Além de adquirirem uma postura consciente sobre a preservação do planeta. O Dia Mundial do Meio Ambiente para nós brasileiros, infelizmente, não tem muito a comemorar e, sim nos indignar, entristecer e envergonhar.

Nos últimos dois anos, o país apresentou os piores níveis de degradação ambiental com fortes impactos ao ecossistema terrestre e marinhos registrados. Desde meados de 2020 ocorrem focos de incêndio florestal em quantidade elevada na região do Pantanal e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo registros, o fogo já consumiu mais de 10% do Pantanal, além de reduzir espécies da fauna.

Nos últimos 12 meses, a devastação na Amazônia já contabilizou uma área de 6.756,73 km² de florestas. Durante a pandemia do novo coronavírus, o bioma apresentou um aumento de 25% nos alertas de desmatamento, divulgados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Inpe.

Estudos mostram que a perda da biodiversidade, desmatamento e extinções de animais podem acarretar em surtos de doenças. Um dos principais riscos é o surgimento de doenças como as zoonoses (doenças que passam de animais para humanos), podem desencadear novas pandemias como a do novo coronavírus.

Lixo no mar mata por ano 100 mil animais marinhos - Já os impactos no meio ambiente marinho, não são menores. A poluição marinha provocada pelo lixo jogado ao mar leva, a cada ano, oito milhões de toneladas de plástico que vão parar nas águas dos oceanos matando 100 mil animais marinhos.

Segundo o Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUMA), 90% de todos os detritos dos oceanos são compostos por plástico. Cerca de 700 espécies marinhas são afetadas pela poluição plástica nos mares, incluindo mais de 260 espécies sob algum grau de ameaça de extinção.

Ecossistema ainda sofre pelos impactos ambientais - O vazamento de cinco mil toneladas de óleo que atingiu o litoral do Nordeste e parte do Sudeste do Brasil em 2019 foi considerado o maior impacto ambiental, por derramamento de óleo, causado no país em termos de extensão.

Os prejuízos ambientais foram muitos: contaminação em estuários, nos rios, nos manguezais, nas praias, nos corais de recifes. As manchas chegaram a comprometer muitos desses ecossistemas que levarão muitos anos para serem restaurados. Mesmo após dois anos do acidente ambiental, ainda há efeitos nocivos à vida de pescadores artesanais e a fauna marinha, principalmente das tartarugas e aves. A informação foi confirmada pelo Ibama, Marinha do Brasil e Projeto Tamar que atua na preservação de espécies marinhas em extinção na região.

Não bastasse os inúmeros acidentes ambientais dos últimos dois anos ocorridos no Brasil, a imagem internacional do país piora a cada dia com as descobertas de envolvimento de representantes dos Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em esquema de contrabando florestal. Em tese, quem deveria proteger e preservar, são apontados como praticantes de crimes contra o meio ambiente brasileiro. Aliás, o Brasil já se tornou preocupação mundial tanto para casos de impactos ambientais, e socioambientais, como também para questão de saúde virando motivo de piada até para o representante do Vaticano. O Papa Francisco confirma que o “Brasil não tem salvação”. Assim como a música do inesquecível Renato Russo, os brasileiros conscientes se perguntam: Que país é esse?! Que ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação...



Bianca Alves de Mesquita é bióloga (PUC-Rio) e mestranda em Biodiversidade em Unidades de Conservação pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/06/2021

MINFRA ESTUDA VIABILIDADE DE EXPLORAÇÃO PRIVADA PARA IMPULSIONAR HIDROVIAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Ministro da Infraestrutura destacou projetos de novos terminais no Arco Norte e no Sul do país. Freitas disse que derrocamento do Pedral do Lourenço está na reta final de licenciamento e defendeu derrocagem na hidrovía Tietê-Paraná.

O ministro da infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que a pasta segue estudando se existe viabilidade para exploração privada de hidrovias. Ele contou que o ministério analisa os modelos adotados em outros países, onde hoje praticamente não existem casos de exploração



privada de hidrovias. Freitas destacou que estão em curso estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para impulsionar as principais hidrovias brasileiras, entre as quais as dos rios: Madeira, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná e Paraguai.

"Assim como trabalhamos BR do Mar, que é um projeto de estímulo à cabotagem, estamos trabalhando no projeto que batizamos de 'BR dos Rios', que será um programa de impulsão à navegação interior", disse Freitas durante encontro virtual com jornalistas da imprensa internacional, realizado na última quarta-feira (2). Na ocasião, o ministro citou a dragagem, manutenção e sinalização permanentes da hidrovia do Madeira, que tem carga do noroeste do Mato Grosso, seguindo pela BR-364 até Porto Velho (RO). A carga embarcada na hidrovia segue para transbordo no Porto de Itacoatiara (AM) para rotas de longo curso.

Freitas acrescentou que a hidrovia do Tapajós vem se consolidando, com o fluxo para Miritituba (PA). Ele lembrou que, em 2014, havia estação de transbordo de carga (ETC) da Bunge com capacidade de 3,5 milhões de toneladas e, hoje, já existem outros terminais operando, como o terminal da Hidrovias do Brasil, que já está fazendo mais de seis milhões de toneladas por ano.

"O Arco Norte está se tornando uma realidade. A hidrovia do Tapajós será cada vez mais demandada por grandes comboios com 40 a 50 mil toneladas, passando com grãos todos dias para portos do Pará, principalmente Vila do Conde, e, em breve, também para o Porto de Santana (AP)", projetou. Ele ressaltou que muitos dos projetos de arrendamento leiloados e de terminais de uso privado (TUPs) autorizados são de instalações para integração com a navegação interior, representando novos investimentos.

Freitas destacou que a volta da operação da eclusa de Tucuruí é importante para viabilizar o tráfego na hidrovia do Tocantins. Ele disse que o derrocamento do Pedral do Lourenço está na reta final do licenciamento ambiental. "O derrocamento permitirá a utilização perene da hidrovia do Tocantins, independente do regime hídrico", garantiu. Segundo o ministro, essa hidrovia vai se tornar uma realidade, com o aprofundamento do calado, podendo receber composições com 18 mil toneladas.

Outro derrocamento importante é do Pedral de Nova Avanhadava, na hidrovia Tietê-Paraná. O ministério reconhece que a crise hídrica está deixando o assunto mais crítico, mas entende que é uma oportunidade de mostrar a necessidade desse investimento. "A partir do momento em que se fizer esse derrocamento, podemos segurar mais água nas barragens e manter a navegação", afirmou. Freitas considera importante fazer o derrocamento para usar o potencial da hidrovia do Tietê. Ele ressaltou que, felizmente, existem modos de transporte concorrentes operando durante esse período de baixa vazão, como a ferrovia que chega em São Simão, Estrela D'Oeste, Rio Verde, conectando-se à Malha Paulista até o Porto de Santos.

No Sul, o ministério destacou autorizações recentes para ETCs na hidrovia Paraguai, com investimentos da ordem de R\$ 500 milhões em terminais em Porto Murtinho e Cáceres. De acordo com Freitas, a dragagem permanente da hidrovia Taquari (RS) e a recuperação das eclusas de Fandango, Bom Retiro e Amarópolis vão proporcionar a utilização dessa via navegável e a ligação dela com o Mercosul. A expectativa é que a futura dragagem de Lagoa Mirim vai alavancar a hidrovia do Mercosul. Atualmente, existe uma ligação entre hidrovia e mar na operação de celulose no Rio Grande do Sul. A madeira sai por hidrovia, chega à planta para processamento e a celulose desce por hidrovia chegando até o Porto de Rio Grande.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/06/2021

PETROBRAS LANÇA PROGRAMA PARA SE POSICIONAR ENTRE AS MELHORES REFINADORAS DE PETRÓLEO NO MUNDO

Da Redação OFFSHORE 03 Junho 2021

A Petrobras está lançando o programa RefTOP – Refino de Classe Mundial com o objetivo de estar entre as melhores companhias refinadoras de petróleo no mundo. O RefTOP consiste em um conjunto de iniciativas que buscam implementar melhorias para aumentar a eficiência e desempenho

operacional das refinarias que não estão na carteira de desinvestimento - Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), Refinaria Duque de Caxias (REDUC), Refinaria de Capuava (RECAP), Refinaria de Paulínia (REPLAN) e Refinaria Henrique Lage (REVAP) - e posicionar a Petrobras de forma mais competitiva na abertura do mercado de refino de petróleo no país. Os investimentos inicialmente previstos no RefTOP até 2025 são de aproximadamente US\$ 300 milhões.



O programa promoverá o uso intensivo de tecnologias digitais, automação e robotização nas refinarias da Petrobras. Um dos exemplos de tecnologias digitais que já vêm sendo adotadas pela companhia e que terá uso ampliado com o Reftop são os Digital Twins (Gêmeos Digitais) - representações digitais das instalações operacionais - para monitoramento em tempo real, redução de falhas e facilitação na tomada de decisões. Outro direcionador importante do programa é o aumento da produção de derivados de alto valor agregado, como Diesel e Propeno – matéria-prima da indústria petroquímica para a produção de embalagens e peças para automóveis, por exemplo. A companhia vai alavancar o processamento de petróleos do Pré-Sal, que trazem uma série de vantagens competitivas e oportunidades de aumento da margem de refino. Os óleos do Pré-Sal possuem elevada qualidade e baixo teor de enxofre favorecendo a produção de Bunker (combustível marítimo) e Diesel S10 (Ultra Low Sulfur Diesel, com enxofre menor que 10ppm).

O RefTOP também prevê iniciativas para o incremento do desempenho energético das refinarias, por meio, por exemplo, do melhor aproveitamento de insumos como gás natural, energia elétrica e vapor nas próprias operações. “O programa tem forte viés de eficiência energética. Além de diminuirmos nosso custo de energia, vamos passar a ter um processo de refino mais sustentável, com maior rentabilidade e menor emissão de gases de efeito estufa para o meio ambiente”, destacou Elza Kallas, gerente executiva de Refino da Petrobras.

A companhia avaliou referências mundiais dos principais indicadores de refino para definir os objetivos do programa. Ao longo dos últimos anos, a área de refino da Petrobras vem apresentando intensas melhorias em seus indicadores. Em segurança e confiabilidade, por exemplo, os indicadores da Petrobras já se encontram entre os melhores do mundo.

O novo programa é um dos norteadores da área de Refino e Gás Natural (RGN) da Petrobras, junto com o Programa Gás + e o BioRefino 2030. De acordo o Plano Estratégico 2021-2025 da Petrobras, esse conjunto de iniciativas irá preparar as atividades de refino e gás natural da companhia para um mercado aberto, competitivo e em transição para uma economia de baixo carbono.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/06/2021

PORTOS DO PARANÁ INICIA REVISÃO DO PLANO DE ZONEAMENTO PORTUÁRIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03 Junho 2021

A Portos do Paraná deu início à atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos portos de Paranaguá e Antonina (PDZ). O trabalho acontece na poligonal terrestre, que indica o limite geográfico da área do porto organizado, ou seja, no espaço onde a autoridade portuária detém o poder de administração e onde ficam as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e acesso ao porto.

O documento é uma das mais importantes ferramentas de planejamento do setor e considera o ambiente social, econômico e ambiental em que o porto está inserido. “O PDZ permite estabelecer estratégias e metas para o desenvolvimento racional da atividade portuária. Não só pensando na

eficiência das operações, mas na integração com os demais modais e os impactos para a cidade e seus moradores”, explica o diretor-presidente da empresa pública, Luiz Fernando Garcia.

O último PDZ feito em Paranaguá foi em 2012, com atualizações em 2014, 2016 e 2017. Em 2021, a atualização é feita com o apoio da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), órgão do Governo Federal que também é responsável pelo Plano Mestre dos portos paranaenses.

Segundo Eduardo Nina Pinheiro Perez, assessor técnico da EPL, estes instrumentos de planejamento consideram ainda o Plano Nacional de Logística Portuária e as políticas públicas voltadas para o setor.

“Realizamos a coleta de informações atuais e fazemos exercício de visualização do futuro, com vistas à forma estratégica em que serão potencializadas as mais variadas áreas e regiões dos portos. O foco é sempre que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável e integrada.”, disse. “Atuamos em parceria com a Portos do Paraná e a oportunidade de ter esclarecimentos adicionais junto às equipes de engenharia, engenharia marítima, operações e arrendamentos”, acrescenta.

É a partir do PDZ que a autoridade portuária dá destino a suas áreas, explica o gerente de Arrendamentos da Portos do Paraná, Rossano Reolon. “Juntamente com os demais instrumentos de planejamento, de maneira interligada, pensamos o porto organizado por áreas: um lado com operação de líquidos, outro com granéis, outro veículos e carga geral. Essa segregação permite planejar o porto a longo prazo”, diz.

Para ele, ter um PDZ atualizado permite a melhor exploração das áreas disponíveis. O setor portuário é muito dinâmico. Prevê diversos estudos, envolvendo diferentes tecnologias. “Nosso objetivo é realizar as adaptações a cada dois anos”, adianta.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/06/2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA APURA DENÚNCIA CONTRA NORMA DA SSE/THC-2

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03 Junho 2021

Usuport apresentou requerimento para que secretaria de advocacia da concorrência da pasta investigue eventual afronta da RN-34/2019 da Antaq à Lei de Liberdade Econômica.

O Ministério da Economia acatou o pedido para apurar denúncia de abuso regulatório relacionado à resolução normativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários que trata do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE), também chamado de THC-2. A Usuport apresentou requerimento para que a secretaria de advocacia da concorrência da pasta (Seae) investigue eventual afronta da RN-34/2019 à Lei de Liberdade Econômica (13.874/2019). De acordo com a associação, a norma autoriza operadores portuários a cobrarem de terminais retroportuários a taxa de segregação de contêineres de importação destinados a outras áreas alfandegadas, gerando prejuízos à concorrência e aumento nos custos portuários.

A Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport) alega que existe cobrança em duplicidade. O presidente da Usuport, Paulo Villa, disse que a discussão se arrasta há duas décadas com a insistência em modificar o THC — principal serviço dos terminais de contêineres (Terminal Handling Charge). “Os terminais fizeram um fatiamento do serviço, com a aprovação da Antaq, que autorizou fazer a cobrança em separado do THC-2”, afirmou Villa. O entendimento da Usuport é que a RN-34/19 pegou um serviço que é cobrado em todo mundo de forma uniforme e transformou em serviços diferentes, adotando uma regra diferente de outros países em prol de poucos Tecons.

Villa defendeu que o Brasil precisa diminuir custos portuários e aumentar a concorrência, além de acabar com tarifas que prejudicam milhares de exportadores brasileiros. “Não permitiremos que a THC-2 venha a se consolidar de jeito nenhum. Ter um Brasil moderno, competitivo e eficaz no comércio exterior é importante para a indústria brasileira, que perdeu competitividade nas últimas duas décadas. O THC-2 retira competitividade e a sociedade brasileira paga esse preço”, apontou.

O caso da SSE/THC-2 é uma das três denúncias de possíveis abusos regulatórios a serem investigados pela Seae e que foram acatados na reunião da Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (Fiarc), ocorrida no último dia 12 de maio. A Fiarc foi instituída pela instrução normativa Seae 97/2020 e tem por objetivo analisar possíveis distorções concorrenciais decorrentes da regulamentação de normas públicas.

A defesa da Usupport entende que a atual redação da RN-34/19 chancela o aumento de custos de rivais dos terminais portuários nas atividades de armazenagem alfandegada, tendo como possíveis consequências: a imposição de dificuldades à entrada e manutenção de concorrentes no mercado, a obtenção de lucros indevidos pelos terminais portuários na prestação de serviços de movimentação de cargas, o aumento de custos para o usuário final e a redução da eficiência na prestação dessas atividades. As conclusões se baseiam em manifestações da SEAE, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Tribunal de Contas da União (TCU) e de pareceres técnicos da Antaq.

“Não há que se falar em qualquer relação entre operadores portuários e instalações portuárias alfandegadas que justifique a cobrança da THC-2, ou ainda que a THC-2 remuneraria ‘serviço’ estranho àquele contratado pelo armador”, justificou a Usupport em seu requerimento. A SSE consiste no preço cobrado, na importação, pelo serviço de movimentação das cargas entre a pilha no pátio e o portão do terminal portuário.

A defesa da associação sustenta que o tribunal do Cade reconheceu em diversas oportunidades que a cobrança da THC-2 é conduta anticompetitiva viabilizada apenas em razão da posição dominante decorrente da posse da carga, detida pelos operadores portuários em razão das suas atividades no mercado a montante de movimentação portuária, e que lhes permite condicionar a liberação da carga aos terminais alfandegados ao pagamento injustificado de preços.

O advogado Francisco Todorov, do escritório Tauil Chequer, acredita que a investigação da FIARC é importante, na medida em que pode levar à conclusão, nos próximos meses, de que a norma da Antaq é abusiva e que deve ser corrigida. Todorov salientou que muitas das decisões da diretoria da Antaq, ao longo dos anos, foram contra posições técnicas da própria agência. Ele avaliou que, ao permitir a liberdade de preços, a RN-34 foi mais favorável aos terminais do que a norma anterior (2389/2012), que estabelecia o controle de preços.

O advogado lembrou que ainda existem outros processos sem decisão definitiva no Judiciário e disse que existe expectativa de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do tema nos próximos anos. Ele espera que no STJ prevaleça a posição de que a decisão do Cade independe de decisão da agência. Todorov frisou que o entendimento do Cade desde o início é que a decisão antitruste é independente da regulação. “A Antaq se recusa a seguir orientação do Cade e do Ministério da Economia para acabar com a cobrança”, afirmou.

Procurada pela Portos e Navios, a Antaq não havia respondido os questionamentos até o fechamento da reportagem.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/06/2021

NAVEGAÇÃO VERDE CONTINUARÁ A DESAFIAR INDÚSTRIA, AVALIAM DEBATEDORES

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 03 Junho 2021

Atividade, segundo especialistas, estará cada vez sujeita a regras mais rigorosas em toda a cadeia logística, o que já impacta a regulamentação e as exigências de organismos internacionais, agentes financeiros e afretadores.

O conceito ‘green shipping’ ainda trará muitos desafios para a indústria de navegação nesta década. A avaliação é que a atividade estará cada vez sujeita a regras mais rigorosas em toda a cadeia logística, o que já impacta a regulamentação e as exigências de organismos internacionais, agentes

financeiros e afretadores. Na última terça-feira (1), durante o evento virtual Ocean Now, promovido pela Nor-Shipping, o gerente de desenvolvimento de negócios do segmento marítimo da DNV na América do Sul, Jonas Mattos, disse que os armadores enfrentam uma série de dilemas associados às mudanças e decisões de investimentos, seja para novas construções, seja para as embarcações com opções de retrofit. Ele observa uma agenda cada vez mais ativa dos armadores quanto às decisões futuras do negócio e à gestão de custos operacionais.



Arquivo/Divulgação

Mattos disse que existem exigências e compromissos do setor, não somente da Organização Marítima Internacional (IMO), mas também de outras entidades, afretadores e de instituições financeiras conectadas às iniciativas 'green shipping'. Ele considera que essas práticas são cruciais para qualquer atração de capital para essa indústria, sobretudo em decisões de novos investimentos. Mattos ressaltou que a transição de combustíveis trará benefícios, porém a redução total de emissões de combustíveis tem

um longo caminho à frente

No painel, o gerente de vendas sênior da norueguesa Kongsberg, Pedro Dias, elencou uma série de projetos em desenvolvimento e de soluções já aplicadas no mundo relacionadas à redução de emissões de carbono e à eficiência energética. Ele destacou o projeto do navio Yara Birkeland, embarcação 100% elétrica, adaptada para navegação autônoma. A empresa, líder em tecnologia no setor marítimo, presta suporte a diferentes soluções ao redor do mundo.

A Kongsberg também firmou uma joint venture com a Wilhelmsen com foco em navegação autônoma e emissão de zero carbono, basicamente para transporte marítimo e rodoviário da terra para o mar e também na navegação interior. Segundo Dias, existem soluções muito eficientes para substituir embarcações com redução de emissões, o que representa uma grande oportunidade de desenvolvimento e aplicação de ferramentas inteligentes nessa indústria. Dias mencionou que hoje a empresa já trabalha com uma série de soluções de energia para embarcações de apoio marítimo.

Mattos, da DNV, acredita que o Brasil é um candidato natural a liderar o processo de transição energética, devido a sua matriz diversificada, o que também atinge de alguma forma a navegação. Ele disse que o país tem algumas iniciativas verdes e projetos em pequena escala, como a eletrificação de barcos de apoio marítimo e empurradores na região amazônica. Mattos acrescentou que existem outras empresas no país investindo em tecnologias inovadoras aplicáveis à atividade.

O gerente da DNV observa essas tecnologias amadurecendo, como na aplicação híbrida e no uso do GNL e do GLP como combustível, com aumento do número de instalações em tipos diferentes de navios no mundo. Ele explicou que será necessário ampliar a infraestrutura para abastecimento de navios com novos combustíveis. No Brasil, Mattos vê avanços a partir da aprovação do marco regulatório do gás, devido à possibilidade de atração de investimentos e, como consequência natural, a expansão do armazenamento de gás ao longo da costa brasileira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/06/2021



MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006